

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS MONTEIRO CASTRO

O ARTIGO CIENTÍFICO COMO MERCADORIA ACADÊMICA

GOIÂNIA
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

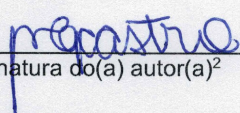
Nome completo do autor: Maria das Graças Monteiro Castro

Título do trabalho: **O artigo científico como mercadoria acadêmica**

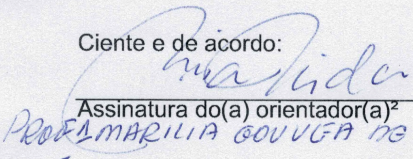
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 30 / 10 / 2018.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS MONTEIRO CASTRO

O ARTIGO CIENTÍFICO COMO MERCADORIA ACADÊMICA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Fundamentos dos processos educativos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Gouvea de Miranda

GOIÂNIA
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Monteiro Castro, Maria das Graças
O artigo científico como mercadoria acadêmica [manuscrito] /
Maria das Graças Monteiro Castro. - 2018.
XII, 109 f.

Orientador: Prof. Dr. Marília Gouveia de Miranda .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.

Inclui siglas.

1. artigo científico - mercadoria. 2. Produtividade acadêmica -
fundamentos. I. , Marília Gouveia de Miranda, orient. II. Título.

CDU 37.01

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE MARIA DAS GRAÇAS MONTEIRO CASTRO– Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito (25/09/2018), às 14:30h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. **Marília Gouvea de Miranda**, orientadora, doutora em **Educação: História, Política, Sociedade** pela PUC/SP; Prof^ª. Dr^ª. **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em **Ciências Sociais** pela PUC-SP; Prof. Dr. **Rogério Santana dos Santos**, doutor em **Literatura Brasileira** pela USP; Prof^ª. Dr^ª. **Elianda Figueiredo Arantes Tiballi**, doutora em **História e Filosofia da Educação** pela PUC/SP e Prof. Dr. **Luiz Fernandes Dourado**, doutora Educação pela UFRJ para, em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: **“O artigo científico como mercadoria acadêmica”**, em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Maria das Graças Monteiro Castro**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof^ª. Dr^ª. Marília Gouvea de Miranda, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOCTORA EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 19h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar, eu, Marizeth Ferreira Farias, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.

Prof^ª. Dr^ª. Marília Gouvea de Miranda
Presidente – FE/UFG

Prof^ª. Dr^ª. Anita Cristina Azevedo Resende
Membro – FE/UFG

Prof. Dr. Rogério Santana dos Santos
Membro – FL/UFG

Prof^ª. Dr^ª. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi
Membro – PUC/GO

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado
Membro – FE/UFG

Ao meu pai e à minha mãe, que em meio a tantas incertezas garantiram
minha formação.

Ao Shell, minha saudade infinita.

Ao André, parceiro de vida, e ao Pedro e João, frutos dessa vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Goiás, onde minha formação se deu integralmente. Reconhecer a importância dessa instituição me traz sentimentos de satisfação e pesar. Estive, nesse espaço de ensino público – gratuito e de qualidade reconhecida –, desde o ensino fundamental, no Colégio de Aplicação, nos idos dos anos 70. Ingressei depois no antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), onde fiz a graduação, e, na Faculdade de Educação, o meu mestrado e agora dou mais um passo na minha vida acadêmica, com o doutorado. Quanto ao pesar a que me referi no início deste parágrafo, é um sentimento que perpassa os resultados deste meu estudo, ao constatar o desmonte gradativo e sistemático do Sistema de Ensino Público Superior no Brasil.

À Professora Marília Gouveia de Miranda, orientadora e amiga, que esteve ativamente presente desde o mestrado. Sua confiança em meu trabalho foi determinante e um estímulo que não consigo qualificar. Obrigada!

À Dra. Anita C Azevedo Rezende sempre presente no meu percurso na pós-graduação apontando caminhos que me permitiram sustentar as exigências da carreira acadêmica.

Ao Dr. Rogério Santana dos Santos, que com a experiência que partilhamos na Editora UFG, trouxe o olhar crítico e rigoroso para a conclusão desse trabalho .

Ao Dr. Luiz Fernandes Dourado e à Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi pela disponibilidade de participar da banca de defesa .

Aos meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, Anita C. Azevedo Rezende, Nelson Cardoso do Amaral e Lúcia Maria de Assis.

Aos servidores técnico-administrativos, pela atenção sempre dispensada.

Aos colegas de orientação coletiva Sérgio, Andrea, Sebastião e Marcos pelos momentos de troca e apoio mútuos.

Aos colegas do curso de Biblioteconomia, que – diante das dificuldades impostas por resoluções que limitaram a licença para qualificação na própria UFG – proporcionaram condições para que eu pudesse cumprir as exigências administrativas e acadêmicas. Em especial, à Professora Laura Vilela R. Rezende.

À Edna Lúcia, revisora e amiga.

Aos meus fiéis amigos de décadas, Ricardo, Silvana, Letícia e Elisa, que me aturaram nesse longo processo.

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos. Ao identificar o artigo científico como um dos meios mais privilegiados da construção e comunicação do conhecimento produzido na universidade, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a atividade científica passa a ser organizada e direcionada com base em classificações que se focam em resultados e produtos, influenciada por um modelo produtivista. A partir dessa premissa, o trabalho buscou situar no processo de produção e publicização do conhecimento, o papel do artigo científico como um dos meios mais privilegiados nos processos de avaliação do trabalho docente e discutir: quais foram as determinações constitutivas da centralidade do artigo científico, como produto mais valorado, na universidade pública brasileira e como ele se torna uma mercadoria acadêmica, que implicará nas condições do trabalho e carreira docentes. Trata-se de um estudo teórico com base na análise do trabalho produtivo na perspectiva marxista e em parte documental, a partir das análises de documentos oficiais do Mec e da Capes que estruturaram as alterações nos processos avaliativos do trabalho docente, a partir de 1995. Esse estudo busca apontar para um construto que permita discutir e entender as mudanças sócio históricas no meio universitário que levaram à tendência do artigo científico se transformar em mercadoria nos processos de avaliação acadêmicos. A pesquisa se pauta pela compreensão da concepção neoliberalista no contexto da globalização, que impulsionou mudanças econômicas, no Estado brasileiro, a partir da década de 1990. Essas mudanças impõem uma lógica produtivista como forma de regular a reorganização mundial da economia e do trabalho. Com isso, a produtividade no processo de trabalho é o ponto central dessa forma de

acumulação do capital, que altera as condições gerais de produção e do mundo do trabalho. Dessa forma, a implementação da política neoliberal no Estado brasileiro, nesse período, promove profundas alterações na universidade brasileira e reconfigurando o trabalho acadêmico. Na discussão sobre a universidade no mundo neoliberal, fica claro tanto o processo de neoliberalização na universidade pública quanto as significativas alterações operadas no trabalho docente, tendo por fundamento a análise do trabalho produtivo, sob a perspectiva marxista. Essa discussão abrange tópicos como a natureza do trabalho acadêmico e o produtivismo nele materializado. Assim, caracteriza-se o protagonismo do artigo científico na produção científica no Brasil e o processo de homogeneização de formas e valores com base na metrificação da avaliação da produtividade. Nesses meandros, questionam-se as concepções de avaliação que orientam as intervenções políticas contemporâneas, a atuação da Capes na implantação de uma política de avaliação como instrumento de controle e regulação, e o artigo científico como forma de mercadoria acadêmica.

Palavras-chave: Artigo científico – mercadoria; Produtividade acadêmica-fundamentos.

ABSTRACT

This research study is based on the premise that the research article has become one of the most privileged means of constructing and communicating the knowledge produced in universities, and even the only yardstick for measuring intellectual and scientific work in various fields of expertise. Thus, it aims to address the political, economic, and cultural determinations underlying the centrality of the research article as the most valued product of the Brazilian public university; its implications for scholars' working conditions; the effects of research and intellectual production for the academic career. This study is grounded on the neoliberal paradigm within the context of globalisation, a paradigm which has determined economic changes in Brazil since the 1990s and imposed a productivist logic as a way to regulate global reorganisation of the economy and of labour. Work productivity is viewed as central to this form of capital accumulation, transforming the general conditions of production and of labour. The implementation of a neoliberal policy in Brazil in the last two decades has promoted a higher education reform and a new configuration of public universities. Discussing the role of universities in a neoliberal world from a Marxist perspective reveals, therefore, the process of neoliberalisation in public universities and the significant changes brought about to the work of scholars. By addressing the nature of academic work and its productivist logic, this study examines the leading role of the research article within Brazilian scientific production and the homogenisation of forms and values assigned by the metrication of productivity assessment. It offers a discussion of assessment notions guiding current political interventions, the role of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) in implementing an

assessment policy that acts as an instrument of control and regulation, and the research article as a form of academic merchandise.

Keywords: Research article – academic paper; Research article – productivity; Research article – merchandise.

Siglas

ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FMI – Fundo Monetário Internacional

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MARE- Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

OMC – Organização Mundial do Comércio

PNPG – Plano Nacional de Pós – Graduação

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O neoliberalismo e a reforma do Estado	25
1.1 A reforma do Estado Brasileiro e a perspectiva neoliberal	31
1.2 A reconfiguração da universidade em questão	35
1.3 A pós-graduação, o modelo Capes de avaliação e o produtivismo	43

CAPÍTULO 2

A universidade no mundo neoliberal	48
2.1 O trabalho produtivo em Marx	53
2.2 A natureza do trabalho acadêmico	62
2.3 O produtivismo no trabalho acadêmico	67

CAPÍTULO 3

O artigo científico na lógica da produção capitalista	73
3.1 A avaliação da produtividade acadêmica	76
3.2 A produção científica e o modelo produtivista da Capes	80
3.3 O artigo científico como mercadoria	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	111
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Justificativas pessoais

Ao iniciar este trabalho, quero expor as razões de caráter pessoal que determinaram a escolha deste tema. Tenho clareza de que o presente estudo, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UFG, é resultado de minha trajetória profissional iniciada há três décadas no exercício profissional como livreira em Goiânia e, posteriormente, como professora na universidade, sempre atuando na área da promoção do livro, da leitura e da biblioteca.

Em 2006, a convite do reitor da UFG, assumi a direção do Centro Editorial e Gráfico (Cegraf). Ali, de 2006 a 2013, minha relação com o livro se ampliou, pois passei a trabalhar com toda a sua cadeia produtiva: o recebimento de originais, a avaliação pelo conselho editorial, a definição da linha editorial, a revisão para adequação de linguagem, a normalização, o registro do ISBN, a definição de um projeto gráfico capaz de conferir identidade, a impressão e a divulgação. Minha experiência acumulada na direção da Editora UFG revelou, enfim, as entranhas do processo editorial acadêmico e as transformações pelas quais passava a divulgação do conhecimento científico.

Tive clareza de que as atividades de uma editora universitária traduziam as formas de divulgação do conhecimento produzido por uma universidade, a partir da política editorial adotada pela instituição. Uma editora universitária podia então desenvolver, por meio de sua política editorial, um projeto intelectual de preservação do pensamento humano. E essa política só se consolidaria ao se nortear por critérios comprometidos com o ensino, com a produção da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura – enfim, os pressupostos básicos do tripé acadêmico “ensino,

pesquisa e extensão”. À qualidade científica, artística e cultural deviam estar aliados outros compromissos determinados pela forma de produção dos livros, tais como o de satisfazer ao público-leitor, o de estabelecer linguagens, o de atender às demandas e, acima de tudo, o de assumir os espaços não ocupados pelas editoras comerciais.

No caso de uma instituição pública de ensino superior, o papel se ampliava quando se produziam livros que deviam também contribuir para a formação de leitores universitários em seus campos específicos. Nesse sentido, os conselhos editoriais se tornavam responsáveis pela formalização das políticas que norteariam suas publicações: o quê? Para quem? Por quê? Como? Onde? Quando? Em razão desses quesitos, a editora universitária, dotada de política editorial definida por um conselho de representantes, competente, respeitado e independente, não correria o risco de ser confundida com gráficas que alugam selos para serem colocados nas capas de livros.

No entanto, percebi que os procedimentos em torno do livro eram de difícil entendimento e aceitação. Não atendiam à rapidez de produção e de circulação necessária aos interesses postos por políticas de avaliação institucionais. Daí, iam na contramão desses pressupostos ao buscar formatos e linguagens que se ajustassem à especificidade das áreas, de seus conteúdos e de suas linguagens próprias. Assim, a atuação da editora no meio acadêmico da UFG gerou novas demandas por publicação na carreira acadêmica e por avaliações institucionais para atender às exigências dos órgãos de fomento, o que passou a afetar a produção intelectual.

Após esse período na Editora UFG, as inquietações me levaram a buscar um curso de doutorado que me possibilitasse desenvolver um estudo sobre a produção intelectual. Percebia que as exigências crescentes de publicação, a partir de uma política em andamento na universidade, tendiam a valorizar a produção acadêmica com base em critérios

quantitativos, em especial no quesito “produção bibliográfica”, em veículos de divulgação qualificados. Nessa política, caracterizada por muitos como “produtivista”, o artigo de periódico indexado ganhava protagonismo.

A demanda de fortalecimento dos periódicos científicos apontava para a prioridade da publicação do artigo científico como forma de divulgação do conhecimento acadêmico produzido. Assim, apesar de toda a experiência acumulada em torno da publicação de livro e da compreensão da importância desse processo para a universidade, o artigo científico tornou-se a forma mais privilegiada de alcançar o sucesso acadêmico. Vale dizer que, durante essa trajetória, ao compor a diretoria da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), no período de 2011 a 2012, pude verificar que o papel das editoras universitárias era constantemente questionado.

Essa questão se devia às transformações presentes no processo de publicização do conhecimento que vinha sendo instituído, em especial pelos processos de avaliação da produção acadêmica, e à importância crescente do artigo científico no contexto editorial.

Essa constatação me levou a questionar esse modelo de divulgação do conhecimento acadêmico que ganhava tamanha força, principalmente quando um fato, que será visto a seguir, chamou minha atenção.

Os improdutivos da USP

Nos estudos realizados em torno do tema, um acontecimento tornou-se emblemático para situar a questão do produtivismo acadêmico. Em 1988, uma matéria da *Folha de São Paulo*¹ relacionou nomes de professores e pesquisadores da USP que não teriam publicado nenhum

¹ Os improdutivos da USP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A-2; 28-31, 21/02/1988. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10150&anchor=4285568&origem=busca&pd=c600d39a852e71cfdabe19e3a5e13603>>.

trabalho científico no período de 1985 a 1986, com base em informações fornecidas pela Coordenadoria de Administração Geral da Reitoria daquela universidade. Esse episódio, conhecido como “a lista dos improdutivos da USP”, serviu simbolicamente de referência para as transformações que se intensificariam nas instituições de ensino superior brasileiro, a partir da década de 1990.

Com a divulgação da lista, chegou-se à constatação de que 25% dos professores em regime de dedicação exclusiva nada tinham apresentado ao público no período de 1985 a 1986. Para efeito desses cálculos foram considerados: artigos de periódico, artigos de jornais, resenhas, livros, tradução, materiais audiovisuais e trabalhos apresentados em eventos. Com base em uma análise meramente quantitativa, uma vez que não se levou em conta a relevância científica do material publicado, a USP apresentou o nome, o regime de trabalho, o tempo de serviço do docente, bem como o perfil de cada unidade acadêmica, elencando a quantidade de professores e o quantitativo total de publicações.

A reportagem da *Folha de São Paulo* defendia a necessidade do aperfeiçoamento dos métodos de avaliação da atividade acadêmica, sugerindo que o baixo nível de produção dos professores da USP exigia uma análise minuciosa, pública e intransigente. Segundo a matéria, a elaboração da referida lista constituía um importante passo nesse objetivo, pois era a primeira vez que uma universidade brasileira se propunha a expor não só esse tipo de avaliação, mas também aquilo que produzia. Justificando a iniciativa da USP, a matéria sustentava que a produção intelectual norteava a avaliação no mundo desenvolvido, uma vez que, nas atribuições fundamentais da sociedade moderna, cabia às universidades a responsabilidade pela organização e difusão do conhecimento. Essa tarefa pressupunha o ensino, a pesquisa e a extensão, como serviços prestados à

comunidade. Só seriam pertinentes então os conhecimentos incorporados ao patrimônio intelectual da humanidade, por meio de sua divulgação.

O então reitor da USP, José Goldemberg, explicou que a elaboração da lista correspondia a uma avaliação necessária para que a universidade se justificasse perante a sociedade. Ela estaria assim prestando contas das verbas que consumia, bem como demonstrando estar cumprindo com suas finalidades sociais: formação de pessoal altamente qualificado e produção de conhecimento crítico inovador e relevante para o país. Goldemberg afirmou ainda que a avaliação era um importante instrumento para a alocação de recursos e sua otimização, uma vez que desenvolvia mecanismos capazes de estabelecer critérios de decisão.

Convém ressaltar que a divulgação dessa lista provocou um intenso debate público por meio de opiniões, análises e desagravos, com dezenas de artigos diários durante quase um mês.² As posições assumidas pelos autores, muitas delas contrárias à divulgação da lista, questionaram a administração da reitoria pelo uso dado a um mecanismo interno da USP,

² Estas foram respostas de intelectuais, publicadas na *Folha de São Paulo* no período de 24/02 a 18/03/1988:

- (24/2) “Avaliação institucional e execração individual”, por Eunice Ribeiro Durham;
- (24/2) “Perfil do professor improdutivo”, por Marilena Chaui;
- (25/2) “Falsa transparência”, por Francisco Weffort;
- (26/2) “Marajás e improdutivos”, por Walter Colli;
- (29/2) “A transparência recoberta pela leviandade”, por Maria Tereza Leme Fleury;
- (29/2) “Erramos”, por Rui de Brito Álvares Affonso;
- (29/2) “O efeito devastador da lista dos improdutivos”, por Modesto Carvalhosa;
- (1/3) “O estranho caso do funcionário X e o professor Y”, por Nicolau Sevcenko;
- (1/3) “A USP, a *Folha* e a nova sociedade civil”, por Carlos Guilherme Mota;
- (1/3) “Jornal e universidade”, por Antônio Candido;
- (3/3) “Comoção e avaliação na USP”, por Rogério Cezar de Cerqueira Leite;
- (8/3) “Avaliando a avaliação”, por Newton Lima Neto;
- (6/3) “O imperador contra-ataca”, por José Arthur Giannotti;
- (10/3) “USP e ciência no Brasil”, por Maria Isaura Pereira de Queiroz;
- (11/3) “Depois da tempestade”, por Simon Schwartzman;
- (11/3) “Lacunas de um debate”, por Boris Schnaiderman;
- (17/3) “Essência e aparência”, por Florestan Fernandes;
- (15/3) “USP x *Folha* – para além da indignação”, por Paul Singer;
- (16/3) “Invectiva contra bárbaros 2”, por Maria Sylvia de Carvalho Franco;
- (18/3) “O valor da nova inquisição”, por Nestor Goulart Reis;
- (18/3) “A *intelligentsia* e os outros”, por Carlos Alberto Idoeta.

desconhecido até mesmo pelos professores. Apenas dois deles, Eunice Ribeiro Durham e Rogério César de Cerqueira Leite, manifestaram-se a favor da elaboração e da publicação da lista com os indicadores individuais de produção, alertando apenas que ela deveria ser mais bem executada. Entre os artigos que criticaram a publicação da lista de improdutivos, destacam-se o de Marilena Chaui, que apresentou o perfil do professor improdutivo a partir de sua trajetória; o de Francisco Weffort, que tratou da falsa transparência contida na divulgação da lista; o de Maria Tereza Leme Fleury, que apontou a leviandade dessa transparência; e o de Nestor Goulart, que defendeu a ideia de inquisição presente na lista dos improdutivos. Ademais, a *Folha de São Paulo* contava com a contribuição intelectual, constante ou eventual, de um grande número de professores tidos como improdutivos, como Antônio Cândido, José Arthur Giannotti, Paul Singer, entre outros.

Esse fato tornou-se um importante marco sobre as concepções e práticas universitárias de avaliação, dando destaque à ascensão de um processo caracterizado como produtivismo, que viria a ser assimilado de modo natural nos meios acadêmicos. Com efeito, as práticas gestadas e iniciadas nesse período consolidaram um modelo de avaliação com novos marcos conceituais, políticos e ideológicos, cujas premissas se ancoravam na administração e no controle da produção acadêmica. Marcado por uma concepção produtivista, esse modelo, que viria influenciar a construção de um sistema nacional de avaliação implantado no Brasil, no tocante ao trabalho acadêmico, se apoiou nas exigências de publicação. Daí, o artigo científico se tornaria um dos dispositivos mais importantes na avaliação do desempenho do docente.

A divulgação da lista de improdutivos apontaria para mudanças nas concepções e práticas universitárias de avaliação e revelaria dispositivos que se tornariam, sutilmente, mais presentes nas técnicas de medida da

produção intelectual. Esses aspectos do nascente produtivismo, com o passar dos anos, se tornariam-se procedentes no meio acadêmico (Schmidt, 2011). É o que se verá a seguir.

O produtivismo no meio acadêmico

O modelo produtivista se constitui, no contexto da modernização da universidade, sob a égide da produtividade acadêmica que estabelece critérios de produção e rendimento pela lógica da organização empresarial do trabalho imposta pela globalização. Ainda segundo Schmidt (2011), o produtivismo inscreve-se no processo de modernização da universidade como ideias e práticas voltadas para a adaptação de sua produção científica e tecnológica, bem como para a competitividade nos âmbitos nacional e internacional.

O tema do produtivismo tem sido estudado por diferentes autores (Sguissard e Silva Jr, 2009; Luz, 2005; Alcadipani, 2011; Waters, 2006; Bianchetti e Machado, 2009; Silva, Jr., 2017) que delineiam uma apreensão quantitativa da ciência, induzida pelos sistemas de avaliação da produção acadêmica. O ideário produtivista torna-se indissociável da racionalidade mercantil, pois ambos estão envolvidos com o processo de transformação do trabalho acadêmico e de seus atores. O produtivismo impõe um modelo instrumentalizado de apreciação e produção do conhecimento e reduz essa apreciação à medida e a atividade acadêmica aos seus produtos. Segundo Luz (2005, p. 43), por produtivismo acadêmico entende-se

o quantum de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida em um tempo específico, crescente [...]necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico.

Todo esse processo, que já completa trinta anos desde o caso da USP, ocorre em um contexto de crescente globalização da economia e de neoliberalização da política e seus desdobramentos no campo ideológico, que atinge todas as esferas da vida social e cultural, chegando até as determinações mais subjetivas.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância compreender como as políticas de avaliação tornam-se um instrumento do produtivismo que legitimam a lógica de uma ordem formal à qual a produção acadêmica deve se submeter. E, com o estabelecimento de uma hierarquia de áreas do conhecimento, das instituições, dos programas de pós-graduação – a partir de critérios que combinam adaptação e controle –, necessariamente, induzem os professores e pesquisadores a se adequarem em busca de uma avaliação favorável.

Com base nessas premissas, o tema deste trabalho pode então ser estruturado.

A estrutura deste trabalho

Ao identificar o artigo científico como um dos meios mais privilegiados da construção e comunicação do conhecimento produzido na universidade, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a atividade científica passa a ser direcionada com base em classificações que se focam em resultados e produtos, influenciados por um modelo produtivista. A partir dessa proposição, este trabalho busca situar, no processo de produção e publicização do conhecimento, o papel do artigo científico como um dos meios mais privilegiados nos processos de avaliação do trabalho docente. Nele se discute também quais são as determinações constitutivas da centralidade do artigo científico, como produto mais valorado, na universidade pública brasileira e como ele se

torna uma mercadoria acadêmica, que afeta sobremaneira as condições do trabalho e da carreira docentes.

Trata-se, portanto, de um estudo teórico com base na análise do trabalho produtivo na perspectiva marxista e da parte documental, a partir de documentos oficiais do Mec e da Capes que estruturaram as alterações nos processos avaliativos do trabalho docente, a partir de 1995. Ao apontar para um construto, este estudo permite discutir as mudanças sócio-históricas no meio universitário, que transformam o artigo científico em mercadoria nos processos de avaliação acadêmicos. Nesse sentido, esta tese está estruturada em três capítulos assim constituídos:

- O primeiro capítulo, denominado “Neoliberalismo e Reforma do Estado”, trata da concepção neoliberalista no contexto da globalização, que determina mudanças econômicas a partir da década de 1990. Essas mudanças impõem uma lógica produtivista como forma de regulação na reorganização mundial da economia e do trabalho. Com isso, a produtividade no processo de trabalho assume o ponto central dessa forma de acumulação do capital, que altera as condições gerais de produção e do mundo do trabalho. Este capítulo recupera ainda a implementação da política neoliberal no Estado brasileiro nesse período e as transformações das formas institucionais e de gestão da universidade pública brasileira.

- O segundo capítulo, “A universidade no mundo neoliberal”, expõe o processo de neoliberalização na universidade pública e as significativas alterações operadas no trabalho docente, tendo por fundamento a análise do trabalho produtivo na perspectiva marxista. Para tal, discutem-se a natureza do trabalho acadêmico e o produtivismo nele materializado.

- O terceiro capítulo, “O artigo científico na lógica da produção capitalista”, caracteriza não só protagonismo desse formato de publicação na produção científica no Brasil, mas também o processo de homogeneização de formas e valores a partir da metrificação da avaliação

da produtividade. Questionam-se assim as concepções de avaliação que orientam as intervenções políticas contemporâneas, a atuação da Capes na implantação de uma política de avaliação como instrumento de controle da produção acadêmica e científica, com o artigo científico se configurando como uma forma de mercadoria nesse processo.

Com base nesses temas e na bibliografia disponível, este trabalho se propõe a desvendar os mecanismos que alçaram o artigo de periódico a um patamar de relevância mercadológica no meio acadêmico.

Capítulo 1 – O NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO

O estudo da ênfase na produção acadêmica docente, pautada e orientada para o controle da proficiência e da produtividade – em especial, por meio da publicação de artigos científicos – requer uma compreensão das demandas do estágio atual do capitalismo para a universidade pública brasileira. Esse estágio se reforma na direção das exigências históricas que lhe são impostas. Para tanto, é necessário considerar a emergência do capital financeiro e o avanço da concepção neoliberalista no contexto da globalização. Nessa perspectiva, este capítulo se propõe a discutir os elementos constitutivos da organização do trabalho docente a partir dos princípios da produtividade mercantil. O enfoque se ancora nas mudanças econômicas e, sobretudo, nas reformas neoliberais que se desenvolveram a partir da década de 1990. Entender os nexos das reformas ocorridas permite, com certeza, situar a lógica da produtividade como forma de regulação na reorganização mundial da economia e do trabalho.

Nessa conjuntura, a produtividade no processo de trabalho torna-se ponto central dessa forma de acumulação do capital e, com isso, altera as condições gerais de produção e do mundo do trabalho. Essa transformação é discutida por Silva Júnior (2017, p.159) com base em dois aspectos: a predominância do capital-dinheiro e a internacionalização do capital produtivo. Este último deve responder ao capital financeiro como ciclo de produção real de valor. Em decorrência disso, a diferença dos tempos – imposta pela velocidade de circulação do capital-dinheiro no plano mundial – entre o capital financeiro e o capital produtivo promove uma compressão temporal no segundo e resulta na necessidade de aumento da produtividade do processo de trabalho.

Nesse atual momento do capitalismo, a compreensão das articulações presentes entre a economia e as mudanças institucionais

ocorridas na universidade elucida a dimensão e as diferenças das relações entre a educação, no plano mundial, e a globalização. Com isso, mostra as condições objetivas que levaram a profundas transformações das formas institucionais e da gestão e organização da universidade estatal brasileira e do trabalho do professor. Convém considerar que – em especial, no tocante à natureza do trabalho intelectual – o novo modelo econômico, em tempos de globalização e de sua relação com as mudanças no Estado, ostenta como emblema a publicação de artigos científicos.

A economia mundializada em suas diferentes formas, chamada de globalização, é um processo que se coloca a partir de uma nova configuração do capitalismo inaugurada nos anos 70. Suas transformações resultam em um novo padrão de acumulação do capital que permitiu a circulação livre dos capitais em escala mundial, o capital monetário. Chénais (1996, p. 05), caracteriza esse processo como um funcionamento específico do capitalismo predominantemente financeiro e rentista: “é na produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e destinação social dessa riqueza”.

A mundialização do capital deve ser pensada, portanto, como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Daí se compreende a mundialização do capital como um termo correspondente ao termo inglês *globalization*. Esse termo traduz a capacidade estratégica de grandes grupos oligopolistas de adotar um enfoque e conduta “globais”. Isso vale tanto para a esfera financeira resultante da integração dos mercados financeiros quanto para a liberalização, a desregulamentação e a conseqüente abertura dos mercados nacionais.

Segundo Chesnais (1996, p. 51), citando Charles-Albert Michalet, o processo de internacionalização da economia apresenta três dimensões importantes:

o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, (...) [que] devem ser buscadas ao nível das três formas ou “ciclos” da movimentação do capital definidos por Marx: o do capital mercantil; o do capital produtor de valor e mais-valia; o do capital monetário ou capital dinheiro.

No contexto da mundialização do capital há uma ascensão de um capital muito concentrado na forma monetária, que ocasiona grandes lucros e a emergência da “globalização financeira” no setor de manufaturas e de serviços. Os grupos industriais se reorganizam com base em novas formas de gerenciamento e controle, com base em “complexas modalidades de terceirização”, que centralizam o capital e descentralizam operações por meio da teleinformática e da automatização (CHESNAIS, 1996).

A crise da acumulação do capital se caracteriza pela combinação da ascensão do desemprego e da inflação, bem como por uma necessidade de restaurar as condições para a retomada da acumulação ativa do capital. Com isso, surge uma nova configuração econômica, predominantemente financeira e rentista, que se dissemina pelo neoliberalismo, diretriz central do pensamento e da administração econômicos e políticos.

Para compreender historicamente esse fenômeno, toma-se como ponto de partida a análise dos anos 70 e 80. É um momento de ruptura na história social e econômica do mundo a partir da disseminação de uma nova configuração econômica designada pela globalização. Na época, para Harvey (2005, p. 11), a China dá os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista. Em circunstâncias diferentes, os Estados Unidos mudam radicalmente sua política monetária e libera o poder das finanças tanto internamente como no

cenário mundial, e a Inglaterra assume, com Margareth Thatcher, a tarefa de acabar com a estagnação inflacionária vigente no país desde a década precedente e de promover uma reforma da economia.

O neoliberalismo³ é compreendido por Harvey (2011, p. 12) como uma teoria das práticas político-econômicas. Essas práticas se propõem à promoção do bem-estar humano por meio da liberação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais. Todas elas se inserem na esfera de uma estrutura institucional que se caracteriza pela propriedade privada, pelo livre mercado e pelo livre comércio. E, nesse contexto, o Estado deve atuar de forma a criar institucionalmente as condições concretas para garantir os direitos de propriedade privada e o funcionamento apropriado dos mercados. Deve, portanto, não só “estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas”, mas também assegurar o funcionamento apropriado dos mercados. No entanto, o Estado não deve atuar para além dessas tarefas. As intervenções nos mercados devem ser mínimas porque, de acordo com o neoliberalismo,

o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2011, p. 12).

Ao avaliar o conjunto de transformações promovidas pelo neoliberalismo, em resposta à crise estrutural do capitalismo, no final da década de 1970, Harvey (2008, p. 140) ressalta: (i) a reposição da lucratividade associada à redução de custos salariais ampliando a pressão

³ O ideário neoliberal surge no início do século XX com a Escola Austríaca de Economia. Essa corrente ficou esquecida em boa parte do século XX, ressurgindo na década de 1970, após a crise petrolífera de 1973. O arcabouço teórico da proposta neoliberal foi desenvolvido pela Sociedade Mont-Pelerin, fundada em 1947, tendo Friederich Von Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman como seus principais representantes.

por desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial, do mercado de trabalho; (ii) a forma de recomposição dos lucros fundada na redução da tributação sobre os rendimentos que poderiam financiar os investimentos; (iii) o desenvolvimento de um processo de reestruturação produtiva, associada à descentralização, internacionalização e flexibilização da produção, por meio das novas tecnologias.

Tais transformações se configuram pelas alterações introduzidas nos circuitos produtivos e começam a instaurar aquilo que caracteriza o atual estágio do capitalismo contemporâneo, a acumulação flexível. Tem-se em Harvey (2008, 140) a explicação:

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [grifo no original].

Nessa perspectiva, é na flexibilidade que se opera a reestruturação produtiva essencial ao capital, na medida em que incorpora novas formas de valorização, com investidas brutais sobre o mundo do trabalho. Para a reestruturação produtiva, é essencial, segundo Netto e Braz (2012, p. 228), “uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes dos avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo”.

O desenvolvimento das forças produtivas se desloca dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos, altera os processos de trabalho e afeta fortemente o trabalho ligado à produção. Para enfrentar o contínuo crescimento da prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo, o capitalismo recorre a um padrão de acumulação flexível, que, conforme

Netto e Braz (2012, p. 228), necessariamente implica um modo de regulação social. Essa relação é discutida no capítulo 2.

A política neoliberal consolida-se, em vários países e em escalada global, como um processo dominante, com uma onda de privatizações de empresas públicas, que leva ao esvaziamento do papel econômico do Estado, que passa a tomar feições reguladoras. Não deixa inteiramente, no entanto, a atuação intervencionista, desde que seja para condicionar a atuação de agentes econômicos em nome do interesse privado. A agenda neoliberal passa a ser hegemônica e ocupa atualmente, segundo Harvey (2011, p.13), espaços de influência em diversos campos: da educação, em especial da universidade; nos meios de comunicação; em corporações e instituições financeiras e especialmente em instituições que regulam as finanças e comércios globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os setores geridos pelo Estado – em especial, os ligados ao bem-estar social, educação, saúde e sistemas previdenciários – são desregulados e passam a ser definidos, como tendência, pelas regras de competição do mercado. A combinação de privatização, desregulação e competição são suficientes para eliminar entraves burocráticos, aumentar a eficiência e a produtividade e também a reduzir custos. Tal reconfiguração interna do Estado constitui e é constituída na e pela neoliberalização, pois, como afirma Harvey (2011, p. 76): “o Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global”.

Na América Latina, o caso do Chile, em 1973, se constitui em um dos paradigmas mundiais da tradução das ideias do neoliberalismo, em políticas concretas. O golpe de Estado militar introduz, com mãos de ferro, um programa radical de desregulamentação da economia, de enxugamento

do Estado, de fragilização de sindicatos e de privilégio ao capital. Um novo Estado, com feições neoliberais, busca romper o poder sindical e controlar o gasto social, tornando mais fracas suas intervenções no mercado. Esse espaço, que precisa ser livre para o novo modelo de reprodução do capital, apresenta um receituário cuja economia tem um valor em si. O caso chileno, aparentemente bem-sucedido, torna-se como um modelo para América Latina, o que faz com que as políticas neoliberais sejam implementadas no Uruguai, em 1974, na Argentina, em 1976, e posteriormente no Brasil. Para a concretização do modelo neoliberal, a estabilização econômica só poderia necessariamente ocorrer desde que acompanhada de reformas que precisassem ser operadas através das instituições, agências e entidades supranacionais, como o FMI, o Banco Mundial e demais organismos vinculados à ONU. Para Netto e Braz (2012, p. 237), as ações desses órgãos deveriam ser instrumentalizadas pelo grande capital para a implementação de estratégias destinadas a impor a orientação econômica e os ajustes estruturais sobre os Estados capitalistas periféricos.

1.1 A reforma do Estado brasileiro e a perspectiva neoliberal

O discurso liberal-social do presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Melo que prega a desestatização da economia, a necessidade de transparência e de austeridade nos gastos públicos, veio configurar a influência da política neoliberal no Brasil. Essa agenda de transformações é pouco concretizada no seu breve governo, em um tempo de recessão econômica. Os tumultuados primeiros anos da década de 1990, com o sequestro de ativos e a hiperinflação, culminam no impeachment de Collor e na ascensão à presidência do vice-presidente Itamar Franco. Seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), lança o Plano Real, que se

propõe a debelar o processo inflacionário. O Plano Real se alinha às exigências internacionais pautadas pelo Consenso de Washington,⁴ abrindo as portas para a continuidade das políticas neoliberais destinadas aos países periféricos, acarretando “elevados custos relativos à estagnação econômica, bem como os relativos ao endividamento público” (CALDEIRA, 2015, s.p.).

Assim sendo, no governo Itamar Franco, iniciam-se as mudanças de peso para inserir o país no circuito internacional de valorização financeira, vendendo a ideia de que o Brasil está inserido no mercado externo e logrará o desenvolvimento econômico. Com essas medidas “modernizantes” do novo modelo – em especial, a abertura econômica que produz um choque de produtividade na economia do país –, o Brasil espera assegurar um lugar no comércio globalizado. No entanto, para Paulani (2008, p. 131-132) tal processo

transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Esse seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia (absoluta afinal de contas, o custo irrisório da mão de obra é nossa verdadeira “vantagem comparativa”!), completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo.

Com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real, em 1994, e mantida a trajetória econômica distante da recessão, o Estado brasileiro sofre alterações substanciais. Além da privatização, que destitui parte fundamental do setor produtivo estatal, assiste-se ao avanço da

⁴ No final da década de 1980 houve uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, funcionários do governo americano e economistas dos países latino-americanos, com o objetivo de fornecer subsídios para a institucionalização da estratégia neoliberal de desenvolvimento para a região. Suas conclusões ficaram conhecidas como Consenso de Washington.

terceirização no interior do governo, da liberalização comercial e financeira e das reformas trabalhista e previdenciária. No Governo FHC iniciado em 1995, na condição de caudatário das tendências neoliberais globais, instituiu-se o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, sob a coordenação de Luiz Carlos Bresser Pereira. Bresser, que até então responde pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), oficializa as reformas implementadas a partir de um plano diretor.⁵

Outras tentativas de reforma do Estado tinham sido ensaiadas anteriormente, mas, somente em 1995, após a eleição e posse de FHC, foram executadas. Para justificar a reforma do Estado no Brasil, seus mentores explicavam que o tema fora debatido mundo afora na década de 1990, sendo uma resposta ao processo de globalização em curso, que havia reduzido a autonomia dos Estados de formular e implementar políticas.

Outra justificativa apontada para a necessidade da reforma é a crise do Estado, delineada em quase todo o mundo nos anos 70 e 80. Caracteriza-se pela crescente perda de crédito por parte do Estado, pelo esgotamento da estratégia estatizante de intervenção social, pelo descontrole fiscal, pela redução nas taxas de crescimento econômico, pelo aumento do desemprego e pelos elevados índices de inflação. Na concepção de Bresser Pereira (1996, p. 269), a “crise do Estado impôs a

⁵ O Plano Diretor foi assim defendido pelo presidente da República: “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos [...], o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. Com a finalidade de colaborar com esse amplo trabalho que a sociedade e o Governo estão fazendo para mudar o Brasil, determinei a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.[...] Este Plano Diretor procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais” (Brasil, 1995, p. 06).

necessidade de reconstruí-lo e a globalização tornou imperativo redefinir suas funções”.

O novo papel do Estado brasileiro seria o de tornar sua economia internacionalmente competitiva, a partir da formação de um aparelho estatal forte e eficiente. O Plano Diretor do Governo FHC (Brasil, 1995) defende que a administração pública deve ser pautada pela eficiência e estar voltada para o controle de resultados. Enfim, uma administração pública de carácter gerencial. Esta é a resposta “consistente” para a crise do Estado, uma reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar a autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas.

As mudanças e as reformas sofridas pelas instituições públicas brasileiras, apesar das resistências – em especial, as universidades –, buscando tornar a administração pública mais flexível e eficiente, trazem em seu cerne a racionalidade da reforma do Estado: a lógica do mercado mediando esse processo. Ao definir a concepção de Estado presente na proposta de Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, Bresser Pereira (1996, p. 283) parte da existência de quatro setores: “(1) o núcleo estratégico do estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado”.

Os serviços não exclusivos ou competitivos do Estado são definidos por Bresser Pereira (1996, p. 283-286) como

aqueles que, embora não envolvendo o poder de Estado, o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensados no mercado por meio de cobrança de serviços.

A proposta apresentada pela reforma é a da forma de propriedade dominante, dos serviços não exclusivos. Deve ser pública, mas não estatal;

não deve ser estatal porque não envolve o uso do poder de Estado; não deve ser privada porque pressupõe transferências do Estado. Assim, as universidades, as escolas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus devem se tornar os serviços mais relevantes.

A partir da constituição do setor de serviços não exclusivos ou competitivos do Estado, dá-se o que Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 35) qualificam de “possibilidade da produção do arcabouço jurídico sob a tutela do qual se [reformariam] as universidades”, bem como da origem da mercantilização da universidade estatal. Estão dadas as condições concretas para a construção da nova dimensão mercantil para o Estado.

As reformas propostas, baseadas na institucionalização da relação estatal/mercantil, criam possibilidades de estreitamento entre o Estado e a sociedade civil. ONGs, Ocips e empresas do terceiro setor assumem a prestação de serviço por meio do contrato de gestão.

1.2 A reconfiguração da universidade em questão

A nova configuração do sistema público do ensino superior passa a ter sua efetivação garantida, de forma gradativa e sistemática, por meio de iniciativas do MEC junto ao Congresso Nacional no arcabouço legislativo-normativo composto por decretos presidenciais e portarias ministeriais. Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 20) consideram que o processo orientado pelo MEC e pelo Mare, “além de garantir o substrato legal necessário”, estabelece duas frentes principais de ação com vistas à reconfiguração do ensino superior público federal: uma, a emenda constitucional, regulamenta a autonomia universitária; a outra, uma lei orgânica, congela salários, corta benefícios trabalhistas, reduz verbas de custeio e posteriormente cria um Programa de Incentivo à Docência na graduação, que apesar de ter sido revista posteriormente, deixou marcas na forma de configuração do

trabalho docente. Essas iniciativas vão caracterizar um afastamento gradativo do Estado de suas responsabilidades institucionais de manutenção do ensino superior público e apontam para um processo de privatização.

Tais medidas seguem na direção das orientações do Banco Mundial, visando à reforma do ensino superior para os países do Terceiro Mundo, para então alcançar os objetivos de maior eficiência, qualidade e equidade no ensino superior. Em seu documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, de 1994, o Banco Mundial afirma que as necessidades de reforma e as condições políticas e econômicas variam consideravelmente entre as regiões. Como não existe um plano apropriado para todos os países, apresentam as cinco principais orientações, que constituem um amplo quadro de reforma: (i) fomentar uma maior diferenciação de instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; (ii) incentivar as instituições públicas a diversificarem suas fontes de financiamento (por meio de cobrança de mensalidades, por exemplo); (iii) vincular o financiamento a resultados; (iv) redefinir o papel do Estado no ensino superior; e (v) adotar políticas que priorizem os objetivos de qualidade e equidade.

As reformulações vão se concretizando, mesmo com reação do movimento docente contra a reforma. A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior/Sindicato Nacional (Andes/SN) reitera a concepção da universidade como um patrimônio social, uma instituição social de interesse público. Silva Jr. e Sguissardi (Andes/SN, 1996, p. 9 apud Silva Jr. e Sguissardi, 2001, p. 141) recuperam a proposta da Andes/SN para a universidade brasileira, retomando a dimensão pública das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que só se efetiva “pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica”. Não cabe “apenas preencher uma função de reprodução de estruturas, relações e valores, mas

acolher os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos”, indispensáveis para configurar as universidades públicas, “como um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade”.

A reconfiguração das Ifes ocorre por meio da Reforma Administrativa (PEC 233, do Mare) e da Desconstitucionalização da Autonomia Universitária (PEC 370, do MEC), a partir de 1996. Em 1998, a tentativa de implantação do Programa de Incentivo à Docência é substituída por outra proposta reformulada: a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). De acordo com Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 167), a GED propõe uma reconfiguração da produção e da carreira acadêmica em que passam a ser considerados, para efeito de reajuste salarial, os seguintes aspectos: números de aulas dadas, titulação, cargo e avaliação periódica pela universidade; percentuais de gratificação. Essas exigências variam conforme o regime de carga horária e a titulação do professor, com tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos. Por meio da GED, observa-se o processo de concretização de uma concepção de eficiência gerencial pautada na competitividade máxima, que interfere de maneira decisiva no princípio da no ensino, na pesquisa e na extensão.

A Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, subordina a universidade ao Mare e a induz a uma reestruturação que obedeça ao modelo organizacional de uma empresa, que não se materializou na transformação das universidades em organizações sociais, mas orientou o modo de organização e gestão das universidades públicas. Para Chaui (2001, p. 56), essa lógica “tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis de mercado como condição”. Com isso, a universidade participa da divisão social do trabalho e no seu interior realiza uma divisão do trabalho intelectual, “dos serviços administrativos, das atividades docentes e da produção”. Ou seja, está determinada a fragmentação em todos os níveis acadêmicos em que é necessário separar para controlar,

segundo Chaui (2001, p. 57) uma “radical separação entre decisão e execução” que “conduz a uma unificação bastante precisa: a da administração burocrática”.

A racionalidade imposta pelas reformulações enfrentadas pela universidade estabelece um princípio administrativo-burocrático, um conjunto de normas e preceitos que passam a ser aplicados sem considerar as diferenças ou as especificidades inerentes ao ensino superior. Para Chaui (2001, p. 58), a universidade pública brasileira pode ser caracterizada como uma realidade heterônoma com “a presença da tutela e vigilância estatais determinando a natureza do trabalho a ser executado”.

Iniciada no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a reforma de reestruturação das concepções e da organização da educação superior é sintetizada por Ferreira e Oliveira (2010, p. 10), como um processo que ocorre por meio de: (i) mudanças na legislação; (ii) redefinição do financiamento a partir da redução de recursos; (iii) expansão do ensino superior por meio das instituições privadas; (iv) avaliação do sistema de ensino por meio de um exame (provão), estabelecendo um ranqueamento de cursos e instituições; (v) indução e consolidação dos programas de pós-graduação a partir do modelo Capes de avaliação.

Segundo Ferreira e Oliveira (2010, p.10), o Governo Lula (2003-2010), por sua vez, dá continuidade à natureza das políticas educacionais implantadas no Governo FHC. Esse prosseguimento pode ser observado no que diz respeito à contribuição das universidades públicas para o desenvolvimento econômico, a partir de uma racionalidade administrativa e de uma eficácia quantitativa. Isso se expressa na expansão de vagas, no aumento da relação professor–aluno, na flexibilização de currículos, no aperfeiçoamento dos processos de avaliação para controlar do gerenciamento acadêmico e consolidar os indicadores de qualidade/ produtividade. O que determina a diferença entre as conduções dos

governos FHC e Lula são os processos de expansão adotados. Enquanto FHC investe na expansão do setor privado e na redução drástica das condições de funcionamento e manutenção do setor público, Lula opta pela expansão do sistema público com: (i) aumento de vagas; (ii) criação de novas Ifes por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e dos Institutos Federais; (iii) retomada das contratações de professores e servidores técnico-administrativos; (iv) instituição de programas de bolsas para o ensino privado (ProUni e Fies) (Ferreira e Oliveira, 2010, p.10). No entanto, a política adotada pelo governo Lula está marcada, segundo Dantas e Souza Jr. (2009, p. 15), pelo gerencialismo de administração, pelo caráter regulatório do sistema educacional, pela busca de uma educação de resultados, apesar da expansão promovida com o aporte de recursos públicos.

Nesse sentido, pode-se situar o eixo orientador das reformas ocorridas como resultado das transformações na sociedade contemporânea impostas pela ordem produtivista do mundo globalizado. As reformas em curso na universidade brasileira mantêm vínculos com as mudanças do cenário mundial e são advindas da globalização da economia. Caracteriza-se assim uma crise institucional na conjuntura atual, que responde às exigências de integração da universidade ao novo projeto econômico imposto por redes tecnológicas que sustentam a economia mundial.

Essas determinações impactam tanto a estrutura organizacional das instituições universitárias quanto – e especialmente – o Sistema de Pós-Graduação no Brasil, a partir do Modelo Capes de Avaliação, em 1996, cujas regras se pautam na redução do tempo, em menos recursos e na avaliação norteadas pela produtividade. Essa produtividade é estabelecida por índices, classificações, fatores de impacto, ranqueamento e um elevado grau de competição entre os programas e os professores/pesquisadores.

Essa tendência mundial é descrita por Slaughter e Rhoades (2010, p. 234 apud Silva Jr., 2017, p. 107) como “capitalismo acadêmico”.⁶

O processo de transformação da universidade pública brasileira, operado em meio à reforma do Estado brasileiro, tem sido objeto de investigação de inúmeros pesquisadores da área de educação. *Novas faces da educação superior do Brasil e Trabalho intensificado nas federais*, dos professores João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi, são elucidativos na compreensão da reforma do aparelho de Estado e sua expressão no movimento da reforma da universidade estatal iniciada na década de 1990 e ainda em curso, bem como sobre a mudança das novas formas institucionais da universidade e do trabalho do professor. Esse processo traduz uma reconfiguração da prática universitária, entendida aqui como decorrência das políticas oficiais, ou seja, como materialização das políticas oficiais para a educação superior pública.

A emergência de uma mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior altera o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana. Esse assunto é vastamente estudado por Silva Júnior (2017), em sua recente pesquisa *The new brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?*.⁷ Tomando a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como a expressão mais avançada do atual processo de

⁶ Slaughter e Rhoades (2010, p. 234 apud Silva Jr., 2017, p. 126) afirmam existir uma Teoria do Capitalismo Acadêmico, demandada por uma nova economia: “ela se concentra em redes – novos circuitos de conhecimento, emergência organizacional intersticial, rede de intermediação entre o setor público e privado, que estendeu a capacidade gerencial – que articulou instituições, professores, administradores, profissional acadêmico e estudantes com a Nova Economia [a predominância financeira], novos investimentos, marketing e comportamento de consumo por parte dos membros da comunidade universitária que também se ligaram à Nova Economia. Juntos, esses mecanismos e comportamentos constituem um Regime de Conhecimento e aprendizagem capitalista”.

⁷ O autor discute a mercantilização do ensino superior a partir do estudo dos meandros do processo como professor visitante na Arizona State University, onde vivenciou internamente o processo da *new american university*, para fazer emergir a constituição e o funcionamento do novo modelo de universidade no Brasil em sintonia com a universidade norte-americana, o que vem a ser uma tendência mundial.

internacionalização da universidade brasileira, Silva Júnior (2017) expõe a trajetória histórica da instituição no movimento de reforma universitário desde os anos 1960. A UFGM impulsionou o processo de reforma assumido pelo regime militar e veio se constituir uma referência, intitulada pelo autor de *new brazilian university* ou “uma universidade de classe mundial” na contemporaneidade. Para Silva Júnior, é o impacto da nova economia – no contexto da mundialização financeira –, por meio de reformas neoliberais no aparelho do Estado, que explica o novo ordenamento universitário brasileiro, com ênfase na pós-graduação.

As transformações gradativas das formas institucionais e de gestão e organização do ensino superior, ocorridas nos últimos vinte anos, vêm pavimentando essa nova concepção de universidade empreendedora, flexível e inovadora, como uma necessidade inevitável no contexto mundial atual. Além de formar quadros requeridos permanentemente pelo mercado, a universidade tem de reestruturar o trabalho acadêmico e de submeter-se às demandas, às orientações e aos controle externos a ela. O mercado é tomado como referência para produzir conhecimento e geri-lo. Essa tendência é centrada na produtividade acadêmica, por meio de critérios de produção e rendimento, com a utilização de indicadores quantitativos de desempenho.

Ao orientar educação para uma perspectiva de prestação de serviço, a proposta de Reforma do Estado reconfigura a educação superior, limita a autonomia universitária e traz para o interior do trabalho acadêmico expressões corporativas como “qualidade”, “avaliação”, “produtividade” e “flexibilização”. A autonomia da universidade – como autora de regras e normas que lhe asseguravam critérios para o fazer acadêmico e para a independência de estruturas externas a ela – é duramente atingida. A autonomia, na concepção de Chaui (2001), possuía, antes da Reforma, um

sentido sociopolítico e era marca de uma instituição social que tinha na sociedade “seu princípio de ação e regulação”.

A autonomia da universidade passa a ser orientada, a partir da perspectiva de seu financiamento, devendo buscar oportunidades de gerar receitas e captar recursos externos para manter-se. Como bem explica Chaui (2001), a universidade é transformada em uma organização administrada, com sua autonomia restrita à gestão de receitas e despesas, por meio do qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho e gerenciamento empresarial da instituição.

Mesmo que a autonomia esteja assegurada pelo artigo 207 da Constituição Brasileira (1988) – “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” –, o governo federal continuou legislando sobre o ensino superior público. Leher (2001, p. 174) afirma que “à autonomia constitucional, o governo brasileiro antepôs a autonomia liberal” com um conteúdo de um conjunto de leis,⁸ definindo os caminhos da universidade, ampliando o poder de intervenção do Executivo sobre as universidades, retirando sua responsabilidade quanto ao financiamento pelo MEC e atribuindo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão as funções de controle e definição dos sistemas operacionais da administração federal. As universidades federais passam a se sujeitar aos mecanismos de controle da sociedade, para a verificação da qualidade e quantidade de serviços prestados.

⁸ Leher (2001) cita as seguintes leis: PEC 370/96, que dispõe sobre desconstitucionalização da autonomia; Lei 9.192/95, que trata da escolha de dirigentes; Lei 9.131/95, que trata do exame nacional de curso; Lei 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional; Lei 9.678/98, que cria a GED; e a Lei 9.962/2000, que permite à União contratar docentes e técnicos administrativos na forma do emprego público, gerido pela CLT.

1.3 A pós-graduação, o modelo Capes de avaliação e o produtivismo

A redefinição das estruturas econômicas que regulam a produção do conhecimento no contexto da globalização e do neoliberalismo evidencia as condições históricas do processo de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiros. A partir dos anos 70, as políticas de um projeto institucional sobre o tema, com os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Esses planos possibilitam compreender a lógica da produtividade presente no desenvolvimento das políticas implementadas e reguladas pela Capes.

A Capes foi criada com a instituição da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior, a partir do Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Um de seus objetivos era o de assegurar a existência de pessoal em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados, visando ao desenvolvimento econômico e social do país por meio da promoção, da implantação e da expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos de pós-graduação. Todavia, somente na década de 1960, esse nível de ensino se desenvolveu efetivamente no Brasil (BRASIL, 1951).

Para a consolidação da pós-graduação no Brasil, Cury (2005, p. 7) aponta o Parecer n.º 977, de 3 de dezembro de 1965, do então Conselho Federal de Educação. Nele, o relator Newton Sucupira define conceitualmente a pós-graduação brasileira (BRASIL, 1965). Para Cury (2005), do ponto de vista oficial, esse parecer continua sendo a grande, senão a única referência sistemática da pós-graduação no Brasil, uma vez que regulamenta esse nível de ensino em comparação com a pós-graduação *latu sensu*:

A pós-graduação senso *strictu* é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem

objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; [...] Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *strictu*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico.

A partir da regulamentação da pós-graduação e da implementação da Reforma Universitária de 1968, a pós-graduação vem tendo um grande desenvolvimento, mesmo sofrendo várias mudanças. Na década de 1970, diversas políticas são desenvolvidas, o que permite seu crescimento e sua consolidação. Na perspectiva cursos e programas são criados em diferentes regiões brasileiras em simultaneidade com a ampliação e aperfeiçoamento dos instrumentos de estímulo e controle do Estado.

Somente em 1974, a Capes passa a ser um "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira"; em 1981, o Decreto n. 86.791 a reconhece como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Cabe então à Capes elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da Capes no que diz respeito à criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade e aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) da Capes são, portanto, o marco inicial para se compreender por que a pós-graduação passa a se constituir em um novo locus da produção intelectual. Com base em uma política nacional de pós-graduação do período de 1975 a 1985 e

nas orientações dos dois primeiros PNPG, importantes conquistas, como o aumento do pessoal em regime de dedicação integral e exclusiva e o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), são angariadas. Institucionalmente, esse processo é relevante para a implantação e a consolidação do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação, sob a responsabilidade da Capes (BRASIL, 1986, p. 5).

O primeiro e o segundo planos têm objetivos explicitados na institucionalização da pós-graduação, na formação de recursos humanos de alto nível e na melhoria da qualidade dos cursos. Diferenciam-se, entretanto, quanto à formação de recursos humanos. No I PNPG (1975-1980), o enfoque se centra no atendimento ao sistema educacional, enquanto no II PNPG (1982-1985), procura-se atingir também o setor produtivo (Brasil, 1986, p. 5).

O III PNPG (1986-1989) reconhece a universidade como o ambiente privilegiado para a produção e criação do conhecimento através da pesquisa e da pós-graduação. Não deixa, porém, de enfatizar seu papel no processo de desenvolvimento nacional por meio da sua integração no Sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo. Nessa perspectiva, o III PNPG, além das diretrizes e recomendações gerais para a pós-graduação e pesquisa, traz medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, no tocante a verbas específicas destinadas à pesquisa e pós-graduação nos orçamentos das universidades, à infraestrutura de bibliotecas e laboratórios e à reestruturação da carreira docente com o objetivo de valorizar a produção científica tanto para o ingresso como para a promoção do professor (BRASIL, 1986, p. 5).

Em 1996, a diretoria executiva da Capes formula uma pauta para a discussão de um novo PNPG, a partir da organização de um seminário

nacional com vistas à construção do IV PNPG.⁹ Em decorrência desse seminário, várias redações preliminares do IV PNPG são redigidas, com circulação restrita entre os membros da diretoria executiva da Capes. No entanto, diante das restrições impostas pela redução do financiamento público para o ensino superior implementadas pela reforma gerencial do Governo FHC, o IV PNPG não se concretiza. Algumas recomendações resultantes das discussões realizadas nesse período são implantadas pela diretoria da Capes ao longo do período, tais como: expansão do sistema diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e sua inserção internacional.

Com base nessa premissa, é visível na trajetória da Capes, a contribuição dos sucessivos PNPGs na criação e no aperfeiçoamento do que hoje é conhecido como Sistema Nacional de Avaliação de Programas de Pós-Graduação. Esse sistema credencia e reconhece o caráter nacional dos programas de pós-graduação e seus diplomas, a partir de conceitos, critérios e parâmetros que fundamentam o processo de avaliação.

O modelo Capes de avaliação é então consolidado com base na qualidade e excelência dos resultados e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade. De acordo com a Capes, os índices propostos dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos

⁹ O Seminário Nacional intitulado “Discussão da Pós-Graduação Brasileira” ocorreu no final de ano de 1996 com a participação de pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representantes de órgãos públicos e de agências de fomento. Nele se distribuiu um documento com onze estudos, com temas encomendados previamente, que a Capes apontava como fundamentais para a formulação do IV PNPG e para a evolução da pós-graduação brasileira. De acordo com o documento, os aspectos discutidos incluíam: as formas de organização da pós-graduação brasileira; a formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mercado de trabalho; a integração entre pós-graduação e graduação; a carreira acadêmica e qualificação do corpo docente do sistema de ensino superior; a avaliação sobre o processo de avaliação da Capes; a expansão da pós-graduação, com o crescimento das áreas e os desequilíbrios regionais; e o financiamento e custo da pós-graduação (Brasil, 2005, p. 17).

laboratórios ou dos grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. Por isso,

devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo. A pós-graduação deve ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem. (BRASIL, 2005, p. 63).

Assim, a avaliação da produção científica deve ocorrer levando-se em consideração o impacto e a relevância na fronteira do conhecimento, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação).¹⁰ Com base nessa orientação, a concepção de avaliação passa a ser pautada por processos de regulação e controle da quantidade e da qualidade da produção científica a ser medida pela eficácia, competitividade e produtividade. Essa política dá lugar ao produtivismo, que é objeto de discussão no próximo capítulo.

¹⁰ Índices de citação e de impacto são coeficientes que quantificam a repercussão de um artigo, de um autor, ou ainda de um periódico. Esses números dão uma ideia de como o objeto de estudo está sendo aceito pelos pares, situam a importância de um periódico ou autor, considerando o número de citações de um determinado artigo nas referências bibliográficas. O número de vezes que um artigo ou autor é citado na literatura está diretamente ligado à sua repercussão, seja ela positiva ou negativa. E é pelo número de citações que se calcula o fator de impacto dos periódicos. O número de citações que um periódico tem num período de dois anos dividido pelo número de artigos publicados corresponde ao seu fator de impacto.

Capítulo 2 – A UNIVERSIDADE NO MUNDO NEOLIBERAL

A reestruturação produtiva e o processo de neoliberalização que demarcam o estágio atual do capitalismo em escala mundial promoveram um conjunto de transformações nas relações de trabalho e em suas formas de organização. Dentre as diversas instituições modificadas por esse processo, destacam-se as universidades, em todos os seus setores. Neste capítulo, discutem-se as significativas alterações operadas no trabalho docente, em particular na universidade pública brasileira, tendo por fundamento a análise do trabalho produtivo na perspectiva marxista. Para tanto, será importante discutir a noção do trabalho produtivo em Marx, a natureza do trabalho acadêmico e como o produtivismo se materializa no trabalho acadêmico.

Historicamente, a universidade constituiu-se em um dos mais importantes espaços de produção do conhecimento e da consciência das transformações ocorridas no domínio da construção e da disseminação desse conhecimento. Para Dias Sobrinho (2005, p. 30), o mundo moderno resultou, em grande parte, das revoluções educativas, industriais e democráticas decorrentes dos conhecimentos de alto nível produzidos de forma ampliada e sistemática pela universidade:

[...] a universidade tem formado inteligências e personalidades, produzindo conhecimentos e técnicas, desenvolvido instrumentos e artefatos que impulsionam fábricas e tem sido a instância crítica e criativa da cidadania e da vida democrática. [...] tem sido a instituição da sociedade dedicada a desenvolver, em seus espaços e em seus processos, a formação de sujeitos sociais em suas mais completas dimensões.

É da natureza constitutiva da universidade guardar e lidar internamente com os dissensos e contradições. No entanto, revela-se como um espaço, por excelência, segundo Dias Sobrinho (2005, p. 31), de

“possibilidade de expressão pública de críticas”. Afirmar que, em seus consensos possíveis – porém não absolutos –, traduz sua força e motivação. Essa característica dá a essa instituição social a noção de universalidade, “de soma de todos os conhecimentos e atividades intelectuais”.

Para Goergen (2005), a universidade está condicionada pelos contextos e contradições sociais e deve responder às exigências da realidade, estando condicionada, no entanto, à sua pertinência ética e social. Os procedimentos acadêmicos, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, têm dois sentidos básicos: (i) pragmático, que reconhece a necessidade de produzir e transferir conhecimentos, formar profissionais e desenvolver tecnologias; e (ii) ético-político, que responde socialmente por suas ações. Nessa perspectiva,

a universidade é ambígua por natureza porque ambígua é a própria sociedade a que serve. Há interesses profundamente divergentes que requerem os serviços da universidade. Tais divergências tornam-se tanto mais acentuadas quanto mais acentuadas forem as contradições da própria sociedade. (GOERGEN, 2005, p. 15).

A universidade, como instituição social, acompanha as mudanças nas diversas dimensões sociais, daí as relações entre Estado, sociedade e universidade são ambíguas e conflituosas.

Entretanto, a universidade vem sofrendo inúmeras transformações ao longo de sua existência, ajustando-se às demandas das forças produtivas de cada tempo conforme a combinação da natureza do conhecimento produzido e envolvida com o desenvolvimento das forças produtivas. E, no momento atual, encontra-se diante de profundas transformações em sua identidade, em função das mudanças que ocorrem nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo globalizado, diante da internacionalização do capital.

Uma importante mudança sofrida pela universidade nas últimas décadas, condicionadas pelas reformas neoliberais implementadas pelo Estado, é a redefinição da universidade como organização social¹¹ e não mais como instituição social. Para Chaui, organização social, uma prática social determinada pela sua instrumentalidade,

[refere-se] ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. (CHAUI, 2003, p. 6).

As mudanças impostas pela mundialização do capital – aliadas à relevância da ciência, do avanço tecnológico e da capacidade de transformar conhecimento em mercadoria de fácil circulação – impõem à universidade uma nova identidade e uma outra estrutura constitutiva. A fragmentação, forma característica do atual capitalismo, de todas as esferas sociais transforma a estrutura interna da universidade, obrigando-a a desenvolver uma capacidade adaptativa às constantes mudanças demandadas por exigências externas a ela. Essa é a ideia de flexibilidade que indica a capacidade de se adequar a mudanças contínuas e inesperadas.

Citando Freitag em *Le naufrage de l'université*, Chaui (2003) sustenta que a visão de universidade produz aquilo que se pode denominar “universidade operacional”, passando da condição de instituição para organização. Para Chaui (1999), o processo ocorreu em duas fases: na primeira, tornou-se funcional, voltada para formação rápida de mão de obra

¹¹Chauí esclarece que a diferença entre organização social e instituição social utilizada é de inspiração frankfurtiana, feita por Freitag (1996).

qualificada para o mercado; na segunda, tornou-se operacional, sendo regida por contratos de gestão e estruturada por estratégias de eficácia organizacional. Ao adaptar-se às exigências de mercado, a universidade altera seus pressupostos universais, que são voltados para o conhecimento, e redefine suas funções de ensino e pesquisa. A universidade operacional está “voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos”, está calculada para ser flexível e estruturada pela “particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos” Chaui (2003, p. 7). Passa a ser definida por “normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual”. Daí “a heteronomia da universidade autônoma”.

A heteronomia da universidade se dá pela noção de produtividade, que passa a imperar com base na lógica do aumento do volume de trabalho no menor tempo possível. A noção de autonomia está restrita à gestão de receitas e despesas e ao cumprimento de metas a partir de indicadores de desempenho. As metas são determinadas pelas seguintes exigências: (i) o aumento de horas/aula; (ii) a diminuição do tempo para a pós-graduação *strictu sensu*; (iii) a avaliação pela quantidade de produtos gerados, ou seja, artigos publicados, trabalhos aprovados em eventos, participação em bancas etc. (CHAUI, 1999, p. 1).

O trabalho acadêmico se reconfigura, então, no entendimento do que o ensino e a pesquisa passam a ter sob o padrão organizacional: adaptar a universidade, a partir de uma proposta de modernização, à lógica capitalista, tomando-a como uma organização prestadora de serviços, regida pelas ideias de qualidade, de avaliação e de flexibilização. A autonomia significa, para Chaui (1999, p. 02), o “gerenciamento empresarial da instituição”. E a autora continua: “flexibilização é o

corolário da autonomia”. Assim, flexibilizar quer dizer: (i) a eliminação do regime único de trabalho dos professores, precarizando a docência; (ii) a simplificação da gestão financeira e da prestação de contas; (iii) a reformulação dos currículos de graduação e pós-graduação às demandas do mercado de trabalho; e (iv) a decisão de separar docência e pesquisa.

A noção de qualidade é reorientada para as noções de competência e excelência, com base em processos avaliativos estabelecidos por critérios de atendimento às demandas de modernização econômico-social. Essa relação é medida, pela produtividade, que, por sua vez, é orientada pelos critérios de quantidade, tempo e custo. No entanto, os critérios de produtividade não questionam o que é produzido, como, para que, ou o que se produz, operando uma inversão da qualidade em quantidade. Seguindo a tendência predominante no mundo do trabalho, sob a acumulação flexível, o trabalho docente é flexibilizado, intensificado e precarizado para atender ao produtivismo. Este se caracteriza pelo crescimento contínuo de produtos, em especial pelas formas de produzir e publicar um número crescente de artigos em revistas conceituadas do seu específico campo de atuação. Intensifica-se então a tendência geral, dessa fase do capitalismo, de transformar todos os tipos de bens em mercadorias.

A mercantilização do regime de trabalho dos professores e pesquisadores afeta decisivamente as duas principais funções da universidade: a pesquisa científica e a educação de nível superior. As universidades reconfiguram o trabalho acadêmico para um processo de produção de conhecimento mercadoria, dando centralidade ao artigo científico. A compreensão desse processo requer a discussão da noção de trabalho em Marx.

2.1 O trabalho produtivo em Marx

Nem sempre a força de trabalho foi mercadoria, e o trabalho nem sempre foi assalariado. Ao explicar o processo simples de trabalho, Marx aventa sua condição eterna de produzir vida em qualquer forma societal, bem como, de forma genérica, a relação dos meios de produção no interior do processo de trabalho.

Até então, a força de trabalho e os meios de produção geram valor de uso e valor de troca, sem qualquer caráter capitalista. A natureza capitalista dessa relação só adquire essa característica em um determinado momento histórico, quando a força de trabalho é convertida em mercadoria. Assim sendo, Marx apresenta, no Capítulo V de *O capital*, a noção de trabalho em geral, desenvolvendo posteriormente, também de forma generalizada, a articulação entre os meios de produção e os objetos de trabalho, cujo processo servirá de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas. Esclarece ainda que, do ponto de vista do resultado do processo produtivo, “aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo”. Em nota de rodapé, conclui: “essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1985a, p.151).

A relação social de produção resulta de um processo histórico que aparece de diferentes formas em diversos tipos de sociedade. Na sociedade capitalista, a acumulação de riquezas é uma consequência da exploração de trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho, como mercadoria, para se manterem vivos.

A relação estabelecida entre trabalho e capital é de reciprocidade, um é determinado pelo outro, uma vez que o capital só pode ser reproduzido se

for trocado por força de trabalho. Para a existência do capital, é fundamental a presença de uma classe que possua apenas sua força de trabalho. Estabelece-se assim a relação de contradição entre o capitalista e o proletário, na qual o assalariado depende ao dono do capital sua força de trabalho para poder sobreviver. Os produtos e os resultados finais de seu trabalho, além de não lhe pertencerem, passam a ser propriedade do capitalista:

Dizer que os interesses do capital e os interesses dos operários são os mesmos significa apenas que o capital e trabalho assalariado são dois aspectos de uma mesma relação. Uma condiciona o outro como o usuário e o perdulário se condicionam reciprocamente. (MARX, 2010, p. 50).

À medida que o crescimento do capital produtivo traz uma maior produção de mercadorias, esse volume crescente de capitais fará com que a concorrência entre os capitalistas se acirre, levando-os a produzir mais barato. Para que isso ocorra, é necessário aumentar o quanto possível a exploração da força de trabalho. A relação entre novas maquinarias e o aumento da divisão da força de trabalho traz ao capitalista uma soma maior de trabalho acumulado, uma soma maior de mercadorias que os concorrentes. O processo se repete com “mais divisão do trabalho, mais maquinaria, maior escala a que a divisão do trabalho e a maquinaria são explorados” (Marx, 2010, p. 60).

Uma intensificação permanente das forças de trabalho, por sua divisão traz como consequência uma simplificação do trabalho. A habilidade específica do operário torna-se sem valor: quanto mais fácil de aprender, menor é seu custo de produção e mais baixo é seu salário. Afinal, na condição de mercadoria, o trabalho está exposto às mesmas regras de preço de qualquer outra mercadoria, sendo determinado pelos custos de

produção. Para subsistir, o operário trabalha mais e oferece mais na mesma hora trabalhada. Uma das determinações desse processo é a troca de maquinarias que substituem trabalhadores habilitados por outros sem habilitação, “uma ocupação complexa, mais elevada, por outra mais simples e mais subordinada” (MARX, 2010, p. 64).

Ao ser apresentado como elemento de subordinação ao capital – determinado pelas contradições da propriedade privada –, o trabalho perde sua condição fundamental de atividade vital e torna-se estranhado. O trabalhador perde então sua essência ao objetivar-se nos produtos de trabalho. Este é o trabalho em sua esfera alienada, como elemento constitutivo do capitalismo, em que o homem passa a trabalhar não mais para sua realização como ser livre e criativo, mas para satisfazer suas necessidades de subsistência e manter os interesses do capital.

Para desenvolver sua teoria da alienação, Marx examina as determinações do trabalho humano no modo de produção capitalista, a partir da crítica à economia política clássica e seus pressupostos: propriedade privada; separação entre trabalho, capital e divisão do trabalho, entre outros. Argumenta que os economistas consideram naturais essas suposições como uma forma particular de produção e de relações sociais, sem, no entanto, explicar suas causas sócio-históricas. O modo de produzir a vida na sociedade capitalista, alicerçada na relação antagônica entre capital e trabalho – ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho – vai resultar em uma determinada forma de existência humana, no processo histórico de constituição do ser social. Marx elucida essa relação, no Capítulo V de *O capital*, ao analisar os processos de trabalho e o de valorização do capital. Afirma que o produto, de propriedade do capitalista, embora tenha valor de uso, não é produzido com interesse por ele mesmo, mas por seu valor de troca:

O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por si mesma]. Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca. E para nosso capitalista trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não é só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1985a, v.1, p. 155).

Afinal, o processo de trabalho no modo de produção capitalista possui duas características peculiares: (i) o controle do trabalhador pelo capitalista, garantindo o máximo de trabalho pelo menor tempo; e (ii) a posse do produto do trabalho, que já não mais pertence ao trabalhador, mas aos donos dos meios de produção. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010), ao tratar de trabalho alienado, Marx analisa o processo de trabalho sob as condições históricas da produção capitalista e argumenta que, quanto mais riqueza fabrica, mais pobre o trabalhador se torna, transformando-se em mercadoria na medida em que produz um maior número de bens a um custo menor. E sentencia:

Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p. 80).

A condição para que os homens se tornem trabalhadores no modo de produção capitalista está na circunstância de que eles mesmos – os homens – se tornem mercadorias. Ao compreender a essência do trabalho alienado,

percebe-se a essência da propriedade privada, uma particularidade do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o fato de o trabalhador produzir riqueza e não usufruí-la – encontrando-se cada vez mais pobre – é uma contradição que pode ser compreendida na correlação entre o aumento da desvalorização humana em proporção ao aumento do valor no mundo das mercadorias produzidas. Essa correlação é abordada pela forma que o trabalho adquire. O trabalhador ao não se reconhecer no objeto de trabalho, ao receber apenas os meios de sobrevivência, realiza o trabalho alienado como condição de sua existência. Quanto mais valor cria, menos valor o trabalhador tem.

A alienação é considerada como processo de produção, uma atividade alienante e alienadora. Reduz a liberdade do homem às suas funções naturais de animal que precisa comer, beber, dormir e garantir sua subsistência. Enfim, o trabalhador não pertence mais a si, mas a outro homem, detentor do capital. E adianta Marx (2010, p. 81): “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*), que cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio”.

Ao buscar as razões históricas para o ato do estranhamento da atividade humana prática, Marx (2010, p. 87) aponta definitivamente a propriedade privada como determinante, enumerando os quatro aspectos em que isto ocorre: (i) em relação ao objeto de trabalho; (ii) o processo de trabalho em si, no seu interior; (iii) sua natureza genérica, e (iv) a relação com o outro. É o que se expõe neste trecho:

Através do trabalho *estranhado*, *exteriorizado*, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira

nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalho com a natureza e consigo mesmo.

Em suma, a gênese e o desenvolvimento da propriedade privada estão diretamente ligados ao desenvolvimento das potências de trabalho do homem pela divisão do trabalho. A propriedade privada é então a materialização do trabalho alienado, sua fonte primeira. E o capitalismo, seu estágio mais avançado: “se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades” (MARX, 2010, p.37).

Marx (1985c p. 39) inicia assim o Capítulo VI inédito de *O capital*: “Enquanto o capital se apresenta apenas sob as suas formas elementares – mercadoria e dinheiro –, o capitalista aparece sob as formas típicas de possuidor de mercadorias ou possuidor de dinheiro”. Ao vender sua força de trabalho, o operário recebe seu salário, meio de subsistência ou *quantum* em dinheiro necessário para que possa reproduzir-se e à sua família. O capital consome seu dinheiro com o objetivo de reproduzi-lo, preserva o valor inicialmente investido e acresce mais-valor como forma de reproduzir-se enquanto tal. Esse processo se evidencia pela apropriação de trabalho não pago, do trabalho excedente.

O processo específico do modo de produção capitalista é a mais-valia gerada pelo trabalho produtivo, ou seja, o trabalho excedente não recebido pelo operário. Esse processo de apropriação de trabalho não é pago, que é o objetivo maior do capital e eixo determinante para o acúmulo do capital. O trabalho assalariado é, segundo Marx (1985c, p. 73), “condição necessária para a formação do capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista”.

Entendendo o trabalhador como a única mercadoria que produz mais-valor, ele se constitui um dos meios de valorização do capital, uma vez que, segundo Marx, a relação entre trabalhador e capitalista é desigual, mesmo que aparentemente possua mercadorias em iguais condições. O capital (ou dinheiro) com que o capitalista compra a força de trabalho é constituído por trabalho morto e acumulado como capital. O capital constituído de trabalho morto se apropria da força física do trabalhador para se reproduzir por meio da mais-valia incorporada na produção de mercadorias.

A mercadoria, resultado do processo de produção, incorpora trabalho vivo ao trabalho já realizado, objetivado. Assim, Marx (1985c, p. 57) explica:

O processo de produção é a unidade *imediata* do processo de trabalho e do processo de valorização, assim como o seu resultado, o resultado imediato, a mercadoria, é unidade imediata do valor de usos e do valor de troca. Mas o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, enquanto tal, é essencialmente *produção de mais valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Desta maneira se encontra especificamente determinado o caráter global do processo de produção. (grifos no original)

O valor de uso da mercadoria só é realizado no uso ou no consumo, razão pela qual precisa ter uma necessidade, constituindo o conteúdo material da riqueza, em qualquer tipo de forma social. Na sociedade capitalista, cada mercadoria é portadora material de um “valor de troca”. Segundo Marx (1985c, p. 46),

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo causal e

puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria [...].

Nessa perspectiva, Marx (1985a, p. 47), afirma que resta às mercadorias, além do valor de uso, a propriedade de serem produtos do trabalho e que o produto do trabalho também se transforma. O produto do trabalho, tão logo toma a forma de mercadoria, assume um caráter enigmático. Esse enigma encontra-se na constituição da forma mercadoria, como definiu Marx (1985a, p. 71):

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho com as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais.

A forma física final da mercadoria não reflete a noção de valor dos produtos de trabalho por ela representada. “Os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens.” A esse processo Marx chama de fetichismo, uma característica que impregna os produtos provenientes da mão humana, produzidos como mercadoria, assumindo uma forma “fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985a, p. 71).

No modo de produção capitalista, os objetos produzidos, ou as atividades desenvolvidas, são tomados como mercadoria, fazendo que seu valor de uso seja subsumido ao seu valor de troca. O trabalho produtivo, que Marx (1980, p. 387) concretiza para explicar o modo de produção capitalista, revela como esse modo de produção se apropria do trabalho

excedente e domina o trabalhador enquanto “capital”. É o trabalho materializado sobre o trabalho vivo.

O resultado do processo de produção capitalista não é somente a produção de mercadoria, ou seja, de valor de uso que tem determinado valor de troca, seu objetivo é a criação de mais-valia para o capital. Para Marx (1980, p. 394), o objetivo do capital é o “enriquecimento, o acréscimo de valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia” e “o capital só alcança esse produto específico [...] na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo”.

Para Marx (1985b, p. 105), na produção capitalista,

o trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.

E continua conceituando o trabalho produtivo como aquele que

não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.

A partir dessas considerações, o item que se segue, discute a natureza do trabalho do professor nas instituições públicas de ensino superior, a partir de sua reconfiguração em que ensino e a pesquisa passam a ter sob o padrão organizacional, tomando-os como uma organização prestadora de serviços, regida pela lógica do produtivismo acadêmico.

2.2 A natureza do trabalho acadêmico

A reestruturação do ensino superior orientada pela racionalidade que subsume o trabalho ao capital e é determinada na produção e reprodução do capital globalizado e afeta o conjunto de atividades desenvolvidas pela universidade pública brasileira. As reformas implementadas a partir dos anos 90 – em especial desde 1995, com a reforma gerencial do Estado no Governo FHC – vêm-se consolidando lentamente até os dias atuais com uma reestruturação do sistema produtivo e com a valorização do capital financeiro

Em *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*, Sguissardi e Silva Jr. (2009) afirmam que a educação se reestrutura por determinação do capital e da reforma do Estado nacional e que a pós-graduação, lócus da pesquisa desenvolvida com maior consistência, passa a desempenhar um papel central e relevante nesse processo assim definido:

Um novo modelo de universidade, calcado nos parâmetros do sistema de pós-graduação concebido e regulado no âmbito de agências reguladoras e de fomento, bastante ao arrepio da autonomia universitária, ainda que isto seja feito com a colaboração dos pares, proeminentes, das universidades participantes do sistema. (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009, p. 166).

Nesse contexto, ocorrem mudanças cruciais nas instituições educativas, principalmente no que se refere ao trabalho do professor, com a presença crescente do trabalho imaterial qualificado e superqualificado, ambos no contexto da acumulação flexível. Esse novo modelo de acumulação do capital condensa-se em formas antigas e atuais de exploração do trabalho, que se atualizam em novas formas de controle e

valorização do capital para que possa manter a “produtividade e diminuir seu custo (trabalho vivo)” (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009, p. 166).

Para qualificar as mudanças que ocorrem no processo acadêmico-científico das instituições de ensino superior no Brasil, e especificamente na pós-graduação – tomando-o como lugar por excelência da racionalidade produtivista –, Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 166) lembram que “o tempo da economia determina o tempo da universidade”. Daí se constitui cotidianamente uma nova institucionalidade, com a relativa adesão dos professores. Essas mudanças se operam na ampliação da carga horária, no número de alunos, na expansão da pós-graduação e em especial na produção intelectual.

O conhecimento, sempre tido como uma importante matéria-prima indispensável ao desenvolvimento do capital, ganha ainda mais centralidade como insumo da economia. A universidade torna-se a instituição central na economia e no mundo competitivo globalizado, por meio do trabalho intelectual. Dias Sobrinho (2005, p. 76) afirma que “o valor do trabalho e das mercadorias teria se transferido para a aplicação do conhecimento e a capacidade gerencial”, considerando o conhecimento, um insumo econômico e, portanto, um capital, mais precisamente um “capital cultural”.

Assim, o professor deixa de definir sua prática acadêmica e se submete a um processo de intensificação e precarização trabalho em que, além das atividades inerentes ao ensino, pesquisa e extensão, incorpora compulsoriamente funções técnico-administrativas decorrentes da interferência das novas tecnologias na estrutura organizacional da universidade. Isso exige do processo científico-acadêmico o que Sguissardi e Silva Jr. (2009, p.180-181) qualificam de individualismo e competitividade, “qualidades típicas e imprescindíveis da empresa e do processo produtivo” e que são “requeridas no processo de produção da

ciência e da tecnologia, mercadorias capitais do atual processo de produção de valor”.

A expansão da pós-graduação, como espaço privilegiado de produção do conhecimento produz consequências para o trabalho docente. Nesse contexto, o trabalho de ensino-pesquisa-extensão desenvolvido nas universidades públicas é alterado em sua natureza, autonomia e financiamento, passando a ser orientado por demandas econômicas. As atividades de pesquisa, foco da pós-graduação, passam a cumprir um papel estratégico; a ciência e a produção do conhecimento são redefinidas a partir da racionalidade econômico-financeira e de suas necessidades imediatas. Diante dessa lógica, a estrutura universitária (organização e gestão) se transforma e traz a racionalidade econômico-financeira para o centro da identidade institucional. Mancebo, Silva Jr. e Leda (2016) asseveram que essa racionalidade está: (i) na raiz das reformas universitárias; (ii) em seu financiamento; (iii) na organização e na gestão; (iv) na avaliação; (v) na valorização dos *rankings*; (vi) na necessidade de expansão e internacionalização da educação superior; (vii) em uma nova divisão internacional do trabalho e no conhecimento por elas produzido.

Há uma interação cada vez maior entre trabalho e conhecimento científico quando a ciência se torna uma das principais forças produtivas do capital. Para Antunes (2002a), há uma “evidente redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto”, ampliando o trabalho qualificado, de maior dimensão intelectual. No entanto, sua precarização e intensificação se constituem em elementos essenciais para a realização do ciclo produtivo do capital e apresentam fortes características competitivas. O intenso processo vivido pela universidade, ao “substituir a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva”, desconsidera a complexidade dessa relação. Em síntese, Antunes (2002a, p. 123) afirma que

[...] ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca do seu mecanismo. Essa interpenetração entre atividades laborativas e ciência associa e articula a potência constituinte do trabalho vivo à potência constituída do conhecimento técnico-científico na produção de valores (materiais ou imateriais). O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro “faça cair por terra” o segundo.

Baseando nessa premissa, as pesquisas em torno das reformas ocorridas na universidade pública brasileira ao longo dos últimos vinte anos, abordam as causas da profunda transformação no fazer acadêmico. Para Silva Jr. e Pimenta (2016), a racionalidade do modo de reprodução do capital, sob a predominância financeira, explicita a transformação gradual da universidade pública brasileira em uma das partes da produção da indústria de serviços. Com um tipo de produção científica, há predominância da epistemologia das áreas do conhecimento que têm maior potência para agregar valor ao capital. É nelas em que mais se estabelecem novas relações de trabalho entre capital-trabalho e mais-valia.

A universidade tem se tornado parte da produção da indústria de serviços. Somada ao processo de valorização aumenta-se a produtividade no trabalho e colocam, na perspectiva de Antunes (2013), o trabalho produtivo em lugares nunca antes imaginados. No caso do trabalho do professor na pós-graduação, transforma-se o conhecimento em um valor que pode ser agregado a uma mercadoria no processo de produção. O trabalho imaterial, mesmo que não seja dominante, passa a ser parte da cadeia de valor. Silva Jr. e Pimenta (2016, p. 176) apontam para a complexa divisão social do trabalho, dos tempos contemporâneos e da nova

relação do trabalho imaterial produtivo na área de serviços, das pesquisas e do desenvolvimento tecnológico, “mostrando o quanto o trabalho do professor da pós-graduação é predominantemente produtivo”.

A universidade passa a intensificar seu compromisso com o crescimento econômico, ao ser operada pela ótica mercantil, e com a reconfiguração de sua identidade institucional gestada na pós-graduação, determinada pela Capes e pelo CNPq e suas ações de indução, regulação e controle. A pós-graduação se assume como referência da efetiva reforma universitária, com base em um modelo de avaliação e indução da pesquisa, estabelecido pela naturalização do produtivismo acadêmico, bem como pela valorização da quantidade de produtos em detrimento da qualidade do processo de pesquisa. Para Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 62), tal processo

[...] consiste em afirmar que o núcleo da ideologia do produtivismo acadêmico, como a política de Estado e de cultura institucional, tem como sua mais completa tradução, no âmbito filosófico, o pragmatismo, e no âmbito econômico, a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica [...].

A noção de produtivismo acadêmico está voltada para uma produção massificada, fundamentada em um padrão produtivo organizacional e determinada pela interpenetração entre atividades laborativas e a ciência associando a potência do trabalho vivo à potência do conhecimento técnico científico na produção de valores materiais e imateriais. A discussão do produtivismo na produção intelectual – que não é um processo apenas brasileiro, mas de âmbito internacional – requer a compreensão da natureza efetiva do trabalho intelectual e a relação dos meios de produção no interior do processo do trabalho acadêmico.

Nesse sentido, o item a seguir discute o produtivismo no contexto acadêmico com base em diferentes entendimentos, situando-o diante de

uma forma, determinada e valorizada, de expressão da produtividade: o artigo científico.

2.3 O produtivismo no trabalho acadêmico

Uma das decorrências do produtivismo pode ser sintetizada na política induzida pelo *publish or perish* (“publique ou pereça”), em que o pesquisador é forçado a publicar artigos científicos em periódicos de ampla circulação, como forma de expressar as atividades de pesquisa do corpo docente. As discussões em torno do produtivismo têm circulado em diferentes publicações no meio acadêmico. Kuhlmann Jr. (2015) apresenta os entendimentos distintos sobre a noção de produtivismo expressos por Kuenzer e Moraes (2005), Machado e Bianchetti (2011), Trein e Rodrigues (2011), Godoi e Xavier (2012), quando abordam as políticas de avaliação da produção científica.

Para Kuhlmann Jr. (2015), existe uma relação causal entre a pressão por publicar e a qualidade dos artigos. Esse processo se relaciona com os próprios processos da produção e da conduta das pesquisas científicas, o que caracteriza o produtivismo. Segundo Kuenzer e Moraes (2005, p. 9), o produtivismo é a consequência da aferição quantitativa, razão pela qual “a quantidade institui-se em meta”. Alcadipani (2011, p. 1) considera o produtivismo como “uma produção em grande quantidade de algo que possui pouca substância”, uma “consequente valorização da quantidade como se fosse qualidade”. Godoi e Xavier (2012, p. 1) asseveram que o produtivismo é tratado como se fosse a própria avaliação, “centrada na quantidade pura e simples de produções/publicações”, que “[servem] de parâmetro básico para as mais diversas formas de progressão na carreira acadêmica”.

Nesse sentido, o produtivismo se constitui pela lógica pragmática e utilitarista determinada por um conjunto de indicadores que exige um padrão produtivista. Para Mancebo (2010, p. 84), trata-se de “uma expressão mais requintada dessa panóplia avaliativa”, cuja imposição é a de que “as publicações sejam limitadas a um conjunto de periódicos qualificados e que a produção do conhecimento gere produtos úteis”. Em suma, são produtivistas as políticas centradas na produtividade do professor /pesquisador ou do programa institucional de pesquisa a que ele está ligado. Para Luz (2005, p. 42), trata-se de uma “categoria” importada da área econômica e aplicada ao trabalho intelectual. O modo de produção do conhecimento tende no que concerne tanto à “organização institucional do produzir, como às relações sociais implicadas nesse produzir e o ritmo com que se processa tal produção”, a ser aferida quantitativamente e conhecida no “jargão institucional como produtividade”. A produtividade é assim apresentada por Luz (2005, p. 43):

[como] *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (titulação) do professor/pesquisador. Esse *quantum* básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico. O *quantum* de produção é estipulado atualmente em quase todos os campos disciplinares, em termos de *papers* editados em periódicos de circulação nacional ou internacional, cuja finalidade de divulgação (base *Qualis*) é estabelecida por cada área do conhecimento.

Tal política é investida pelo Estado, por meio de suas agências de fomento e através de editais de financiamento que passam a influir diretamente na produção da pesquisa e nos resultados da pesquisa, traduzidos na quantidade de produtos passíveis de serem extraídos dos projetos. As fortes pressões para que o pesquisador publique em periódicos

indexados têm direcionado, em muitos casos, a finalidade da pesquisa científica, transformando os artigos científicos em produtos como um fim em si mesmos. Essas pressões materializam os processos e os mecanismos indutores de mudança na cultura institucional das instituições de educação superior, notadamente na pós-graduação, a partir da dinâmica de avaliação da Capes, sobretudo na centralidade conferida à produção acadêmica por meio de diversos formatos (livros, periódicos, resumos em anais de eventos científicos). Desvelam também as aproximações das áreas do conhecimento com esses formatos e como a produção acadêmica tem sido definida, ao longo dos últimos vinte anos, pela concepção hegemônica de ciência, da pesquisa e de pós-graduação induzida pela Capes para a universidade brasileira. Assim também indicam a tendência de as mudanças estabelecidas pela Capes na última década do século XX consolidarem os sistemas de pós-graduação como espaço de formação de pesquisadores por meio da indução e controle da produtividade. A produção intelectual é então exigida com quantitativos expressivos.

A publicação de artigos em revistas indexadas passou a ser o formato do produto que atende às novas exigências da produção intelectual no meio acadêmico. Esse produto, por meio das políticas de avaliação, tem sido induzido como modelo hegemônico para a divulgação do conhecimento produzido na universidade. Para Mancebo (2010, p. 83), trata-se da “cultura do desempenho”, em que o trabalho do professor/pesquisador é “permanentemente pontuado, traduzido em números e intensificado através de diversos e complexos sistemas de avaliação ditos institucionais”. É, enfim, uma cultura da produtividade induzida tanto na pós-graduação como na graduação, a partir de mecanismos que forçam o aumento da produção relacionada à quantidade de produtos declarados.

Com efeito, as práticas gestadas e iniciadas nesse período consolidam um modelo de avaliação que estabelece novos marcos

conceituais, políticos e ideológicos, cuja premissa é a administração e o controle da produção acadêmica. Constitui-se então uma concepção produtivista, com desdobramentos para a construção de um sistema nacional de avaliação, implantada no Brasil no tocante ao trabalho acadêmico. A avaliação se apoia nas exigências de publicação, em especial no formato do artigo científico, que vem a se tornar o dispositivo mais importante no processo de apreciação do trabalho docente.

O modelo produtivista, que é próprio da lógica capitalista, se constitui no contexto da modernização da universidade sob a égide da produtividade acadêmica que estabelece critérios de produção e rendimento – estabelecidos por uma lógica da organização empresarial do trabalho –, impostos pela globalização. Para Schmidt (2011), o produtivismo inscreve-se no processo de modernização da universidade como um conjunto de ideias e práticas voltadas para a adaptação de sua produção científica e tecnológica, bem como para a competitividade e disputa, no âmbito nacional e internacional.

Schmidt (2011) ainda afirma que o ideário produtivista é indissociável da racionalidade técnica e que ambos estão envolvidos na “coisificação” do trabalho acadêmico e de seus atores. O produtivismo impõe uma visão única e naturalizada do conhecimento, a partir da aplicação de um modelo instrumental de apreciação da ciência e da vida acadêmica, que expulsa a subjetividade e reduz essa apreciação à medida que a atividade acadêmica se resume a seus produtos.

Essa apreensão quantitativa da ciência elege o artigo científico como uma unidade principal, quase única, de medida do conhecimento, que ganha força com os sistemas de avaliação da produção acadêmica. O grande crescimento de artigos científicos é, em parte, induzido pelos

próprios mecanismos de avaliação, tendo na cientometria¹² a solução para tratar da produtividade dos pesquisadores, ao considerar a distribuição estatística do número de artigos publicados por indivíduo e a qualidade por meio da quantidade. A unicidade proporcionada pelos dados estatísticos promove uma classificação que serve aos propósitos de distribuição de recursos, reconhecimento e prestígio.

Tomando a cientometria como a referência utilizada para medir a produção científica, o uso de informações publicadas é sinal de qualidade. Torna-se é possível agrupar as publicações de acordo com o número de vezes em que são visitadas. Promove-se, portanto, um nivelamento das áreas por meio de adequações materializadas em medidas e condutas que garantam uma produção escrita na forma de artigos, desde que publicados em determinados periódicos considerados qualificados e que atendam a certos percentuais anuais de publicação. Tudo deve perfazer um número predeterminado para que metas possam ser atingidas, porque o produtivismo é imperativo para a avaliação, interessada na publicidade dos resultados de pesquisa.

Nessa perspectiva, as políticas de avaliação materializam as práticas produtivistas que se legitimam e se naturalizam pela necessidade de adesão imposta aos professores e pesquisadores, na busca da adequação e manutenção de programas, grupos de pesquisas e carreira acadêmicas. Estabelece-se assim uma hierarquia de áreas do conhecimento, de instituições, de programas de pós-graduação a partir de critérios que combinam adaptação e controle. A atividade científica passa a ser organizada e direcionada a partir de classificações que se focalizam em resultados e produtos que determinam o acesso a verbas e prestígio.

¹² Ortiz (2008, p. 145) assim situa a cientometria: “ A cientometria ocupa-se da medição dos produtos científicos, ela fundamenta-se num tipo de pesquisa quantitativa de tudo aquilo a que pode ser associado um número. [...] a aplicação do método estatístico permite assim hierarquizar os cientistas, as citações e as revistas”.

Partindo desse princípio, o artigo científico se torna um dos meios mais privilegiados da construção e comunicação do conhecimento produzido na universidade, uma via consagrada para a mensuração do trabalho intelectual e científico. Com base nessa perspectiva, o próximo capítulo discute como se dá o protagonismo do artigo de periódico no contexto do trabalho docente, haja vista ter-se transformado no produto principal da avaliação e da gestão do trabalho acadêmico na universidade.

Capítulo 3 - O ARTIGO CIENTÍFICO NA LÓGICA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Há mais de 350 anos, os periódicos científicos surgem com o propósito de promover o debate de ideias, uma vez que a comunicação de descobertas, teorias e discussões entre cientistas e pensadores é feita até então por meio de correspondências, de reuniões filosóficas e científicas, bem como de poucas, raras e caras edições de livros. O fluxo de conhecimento é, portanto, restrito e circunscrito a correspondências de caráter pessoal ou às atas e memórias de reuniões científicas, nas quais se relatam descobertas mais recentes. Na condição de desenvolvimento do sistema particular e privado de comunicação entre os investigadores, os periódicos¹³ assumem ao longo da história o papel de principais divulgadores das investigações. Assim, essa nova forma de comunicação, constituída por artigos mais breves e específicos, resume o processo de investigação. Garante-se, nesse período, a autoria da descoberta, que passa a ser agilizada com a publicação dos resultados na forma de artigos científicos (STUMPF, 1996, p. 1).

Em 1665, o surgimento das revistas *Journal des Savants*, publicada em Paris, e *Philosophical Transactions*, editada pela Royal Society of London, é considerado como protótipos das revistas científicas. A contribuição das revistas se dá a partir de modelos distintos: a francesa influencia o desenvolvimento de publicações voltadas à ciência geral; a

¹³ Para melhor compreender o termo “periódico”, Stumpf (1996, p. 50) esclarece que publicações periódicas, periódicos, publicações seriadas e revistas são expressões apresentadas na literatura especializada como sinônimos. As entidades de normalização e a literatura nacional e estrangeira disponível dedicada ao assunto definem as publicações seriadas (ou *serials*) como uma categoria maior e mais abrangente para as publicações editadas em partes sucessivas e periódicas, incluindo periódicos, jornais, anuários, anais de sociedades científicas etc. Os periódicos constituem, portanto, uma das categorias das publicações seriadas, apresentando como característica particular a periodicidade.

inglesa torna-se o modelo das publicações das sociedades científicas (STUMPF, 1996, p. 2).

Desde o surgimento dos primeiros periódicos, muitas outras mudanças ocorrem na comunicação científica. Hoje são caracterizadas por um conjunto de atividades acadêmicas que reúnem a produção, a disseminação e o uso do conhecimento, sendo indissociáveis do processo da realização de pesquisas. Como resultado desse processo, a necessidade de divulgação dos resultados torna-se tão essencial quanto a própria descoberta, uma vez que o registro do conhecimento, por meio de artigos publicados, promove sua divulgação oficial e pública e, portanto, institucionalizada.

Assim, o artigo científico é a demonstração de uma etapa do trabalho de pesquisa e do processo de comunicação da ciência responsável pela promoção da interação entre os cientistas, pelo reconhecimento entre pares e pela visibilidade e credibilidade de suas áreas de atuação. O periódico científico é o veículo de comunicação que, por meio dos artigos publicados, registra, arquiva e qualifica um conhecimento de forma pública, uma vez que a publicação de cada artigo pressupõe a relação implícita de um processo de avaliação, chancelado por um corpo editorial.

O artigo científico é um dos gêneros textuais mais requisitados na divulgação dos resultados de pesquisas científicas por ter como características constitutivas: tamanho reduzido, diversidade e atualidade do conteúdo difundido e a ampliação do número de periódicos científicos existentes com relativa agilidade na publicação. Enquanto gênero textual, caracteriza-se por um conjunto de propósitos comunicativos que ocorre em uma comunidade acadêmica e é reconhecido mutuamente por seus membros. Para Bhatia (1993, p. 13 apud Costa, 2011, p. 112), o artigo é um gênero textual altamente estruturado e convencionalizado quanto à intensão, à forma, à importância e ao valor funcional.

A produção intelectual tem se materializado principalmente na forma de artigos, como prova da efetividade da atividade em pesquisa científica, como espaço que institucionaliza o conhecimento produzido no meio acadêmico e legitima os campos de estudo. Nessa perspectiva, as funções de publicização e de circulação da ciência no formato de artigo científico representam a disseminação de parte da produção acadêmica através de um sistema que estratifica e concentra a produtividade e o prestígio acadêmicos. O prestígio do periódico científico configura uma elite de autores e instituições que alimenta o desenvolvimento de modelos de avaliação configurados a partir do fator de impacto do artigo pelo índice de citações.

A publicização dos artigos é um dos fatores que determinam o reconhecimento das descobertas científicas pelos pesquisadores de cada área do conhecimento. A circulação envolve a natureza do conhecimento e os fluxos informacionais que o determinam, segundo os paradigmas acadêmicos e científicos. Para Meneghini (2012, p. 438), a fabricação da ciência tem uma representação cíclica: ainda que a publicação não represente efetivamente o ponto final de uma atividade científica, ela realimenta o ciclo, com novos conhecimentos e proposições. Portanto, deixar de publicar significa um rompimento com um elo do processo e interrompe um avanço da área de pesquisa em que o ciclo se insere.

Diante dessas considerações, este capítulo tem por finalidade caracterizar esse protagonismo do artigo científico na produção científica no Brasil, compreender o desenvolvimento desse processo e discutir suas implicações para a homogeneização na produção acadêmica. Ou seja, a imposição de formas, valores e prioridades a partir da metrificação da avaliação da produtividade. Para tanto, aqui se discutem as concepções de avaliação que orientam as intervenções políticas contemporâneas; a atuação da CAPES na implantação de uma política de avaliação como instrumento

de controle e regulação; e o artigo científico como forma de mercadoria acadêmica.

3.1 A avaliação da produtividade acadêmica

Para entender a avaliação na comunidade científica torna-se necessário compreender a avaliação da produtividade, que constitui os mecanismos por meio dos quais se certificam e controlam a produção acadêmica.

Os estudos referentes ao tema de avaliação apontam dois modelos predominantes: um centrado na melhoria institucional, e o outro na regulação. Ambos se relacionam com os processos de homogeneização e diferenciação que caracterizam o mundo contemporâneo. Esses processos são sustentados por uma avaliação externa, padronizada e estandardizada, em detrimento de uma análise de natureza interna que respeita a identidade e a diversidade institucional. Para Dias Sobrinho (2003, p. 98-99), trata-se de modelo de avaliação colocado “a serviço da configuração de um pretendido modelo de educação”, que desenvolve “instrumentos adequados à imposição de seus interesses e das formas e conteúdos sociais”.

A importância da avaliação no âmbito das transformações ocasionadas pela globalização e pela internacionalização do ensino superior, bem como pelo papel que desempenha na reforma dos sistemas educativos, reflete os contextos e suas respectivas metas sociais e econômicas. Os modelos de avaliação desenvolvidos por diferentes estudos (AFONSO, 2000; CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2002; CONTERA, 2002; DIAS SOBRINHO, 2000) evidenciam aspectos de caráter externo e perspectivas mais internas do processo. A avaliação de caráter externo, realizada fora das instituições de ensino, se caracteriza pela regulação, pelo controle e pela hierarquização, em busca da eficiência (entendida aqui

como qualidade), da produtividade e do estabelecimento de *rankings* para efeito comparativo entre instituições, docentes e discentes. A avaliação entendida como de natureza interna preconiza a orientação formativa e processual, reforçando a transformação qualitativa e o papel da universidade como produtora de conhecimentos e de cultura.

Os modelos apresentados encontram-se claramente contemplados no Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), implantado no Brasil em 2004, com a Lei n. 10.861, de 14 de abril do referido ano. Sobre as finalidades do Sinaes, Dias Sobrinho (2008, p. 819-820) afirma:

[...] dentre os 23 objetivos e metas definidos pelo Plano Nacional de Educação (2001) se destaca o seguinte: institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica. A ideia forte dessa determinação consiste no conceito de sistema e, portanto, de integração, articulação e participação. [...] A avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas.

No entanto, apesar de a proposta teórica ser formativa e valorizar a diversidade e a identidade institucional, o sistema tem passado por ajustes do MEC, vindo a instrumentalizar os processos federais de regulação e a interromper a construção de um processo participativo. Em consequência, vem promovendo retornos a posturas, axiomas e enfoques próprios do paradigma técnico-burocrático (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 820). Enquanto o Sinaes orienta o processo de avaliação institucional a que as Ifes estão submetidas, as informações levantadas indicam os parâmetros para a gestão e a construção de políticas das universidades.

O modelo de avaliação centrado no controle da produção acadêmica promove uma articulação da universidade com o processo de globalização da economia, de modo que as funções das instituições de ensino superior passam a se ajustar às exigências do mercado, tomando um caráter utilitarista, competitivo, produtivista e de qualidade associada à noção de eficiência. A regulação ocorre a partir do estabelecimento de regras e normas de conduta e de controle, com base em uma regularidade e estabilidade do objeto de regulação. Essa estrutura determina uma ênfase no processo de produção que garanta a quantificação dos resultados predeterminados e modelados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Os indicadores quantitativos, padronizados, se tornam procedimentos que se confundem com qualidade e permitem a organização de *rankings* de instituições, produções, publicações que interferem diretamente na gestão das universidades, na construção de suas políticas e conseqüentemente no financiamento.

A mensuração dos produtos acadêmicos, em especial da publicação, aponta para uma avaliação em que qualidade é tradução de eficiência. Vale assinalar, eficiência significa desempenho homogeneizado e padronizado por meio de critérios quantificáveis, como o índice numérico de citações. Esse processo de padronização de resultados e produtos determina que o mérito é obtido pelo número de publicações e não pelo julgamento do impacto nacional ou internacional de uma pesquisa.

A abordagem quantitativa está associada ao desenvolvimento das métricas que induzem à prestação de contas da produtividade no meio acadêmico. Não pode, no entanto, ser realizada apenas sob a perspectiva quantitativa imposta por essas abordagens. Tal premissa tem como consequência, a simplificação e a objetivação da produção do conhecimento, nas quais a produtividade dos pesquisadores e instituições,

suas relações de colaboração e as dinâmicas de uma área são feitas por intermédio de quantificações classificatórias.

Os elementos quantitativos e objetivos que constituem os aspectos extremamente importantes no processo avaliativo, no entanto, urge alertar para o que Dias Sobrinho (2004, p. 720) explica:

A objetividade, como ideia regulativa, de modo algum deve ser negada. Rigor científico, verificabilidade, integridade, capacidade de construir representações consistentes são características da objetividade que devem ser afirmadas. Critico o objetivismo, exagero que faz coincidir objetividade e verdade, que defende a ideia da neutralidade da ciência e recusa a dimensão social e histórica do conhecimento. A objetividade, para ser legítima e mais amplamente reconhecida, precisa reconhecer a dimensão social e intersubjetiva do conhecimento. Não é possível objetividade sem subjetividade, não há o quantitativo sem o qualitativo [...]

Embora a abordagem infométrica seja uma ferramenta a ser usada, é perigoso argumentar que a produtividade acadêmica, em si mesma, pode refletir uma característica geral do sistema acadêmico, sem cometer inconseqüências. Mesmo sendo um tema recente, Zuin e Bianchetti (2015,) apontam uma vasta literatura na área das ciências humanas, cujos autores (CHAUI, 2003; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009; BIANCHETTI, 2011, entre outros) analisam o assunto sob os mais diferentes aspectos, que “vão do individual ao institucional, evidenciando as causas, as manifestações e as conseqüências do predomínio desse particular capitalismo em sua versão acadêmica”.¹⁴

Em *Inimigos da esperança*, Waters (2006), editor da Harvard University Press, denuncia a firme tendência de considerar a produção editorial apenas pelo aspecto quantitativo, sem atentar para a produção e a

¹⁴ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400726#B41>. Acesso em: 01 abr. 2016.

recepção. Avança na reflexão, ao caracterizar o processo de mercantilização que se observa no espaço acadêmico, do ponto de vista administrativo e contábil. A produção intelectual passa a ser influenciada pelos periódicos que apresentam indicadores bibliométricos, que refletem o fator de impacto e o índice de repercussão de um artigo. Esse critério torna-se uma ferramenta que auxilia o pesquisador a determinar onde publicar seus trabalhos, ou seja, quais periódicos são mais frequentemente citados em um campo de pesquisa e possuem maior impacto em sua área de atuação. A contabilização dos artigos científicos publicados por pesquisadores tem se tornado uma das formas mais requisitadas para o reconhecimento e a progressão acadêmica, bem como imprescindível nos processos de financiamento da pesquisa e do retorno econômico proporcionado.

A metrificação da produção acadêmica procura transformar a avaliação da produtividade numa atividade imparcial e confiável, por meio de instrumentos de medição objetivos, legitimando a autoridade dessas medidas e sustentando o artigo como o modelo de produto da atividade científica.

3.2 A produção científica e o modelo produtivista da Capes

A natureza objetiva do modelo de avaliação da produção científica da Capes configura a noção de qualidade por meio de uma avaliação que valorizam indicadores bibliométricos que favorecem a comparação de publicações por meio da acumulação e tabulação de contagens de citações de artigos que determinam fatores de impacto e repercussão dos artigos. A política imposta pelos sistemas de avaliação do trabalho acadêmico, em nome da racionalização administrativa, da produção e sua avaliação, promove uma homogeneização dos processos, como parte característica do

produtivismo, que, por sua vez, está inscrito no processo de modernização das universidades a partir de práticas voltadas para a adequação de sua produção científica sob a tutela dos processos de controles e de financiamentos impostos pelas agências de regulação. Schmidt (2011, p. 322) afirma:

Como instrumento do produtivismo, a avaliação empunha um poder de dominação da esfera científica e intelectual que se naturaliza e legitima pela adesão e submissão dos sujeitos à sua lógica e pela criação de uma ordem formal à qual a produção deve corresponder.

Como expressão de qualidade, arrolam-se, entre outros elementos, a quantificação de artigos publicados em revistas qualificadas, como forma de controle dos produtos, associado à “flexibilização de formas, tempos, contratos, fontes de financiamento e outros itens relativos à noção de eficiência como noção economicista” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 108).

Na última década do século XX, a Capes consolida os sistemas de pós-graduação como espaço de formação de pesquisadores e instala um modelo de avaliação em que o professor pesquisador precisa atender a uma série de exigências, que formata a avaliação quadrienal dos programas. Entre as exigências, a indução e o controle da produtividade são expressos, em especial, pela produção e publicação de uma determinada média anual de publicações científicas em periódicos classificados pela própria agência.

O produtivismo acadêmico, no processo da reforma universitária brasileira, pode ser explicitado pelo modelo de avaliação acadêmica, que altera não só a forma estrutural do trabalho do professor/pesquisador, mas também a identidade das Ifes. Esse processo produz marcas de diferentes momentos históricos traduzidos na cultura atual da universidade, em que a pós-graduação representa a estrutura pioneira do processo.

A influência da Capes é apontada por Sguissardi e Silva Júnior (2009) a partir da reconfiguração da pós-graduação, a partir dos seguintes aspectos: (i) estruturação da carreira universitária a partir da titulação como condição para progressão; (ii) financiamento dos programas de pós-graduação e pesquisa; e (iii) regulamentação acadêmica da pós-graduação. Estavam dadas as condições para a materialidade institucional e para a concretização do produtivismo acadêmico sob múltiplas formas: da produção de artigos, livros e capítulos de livros à ênfase da relação direta com o mercado.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) trazem todos, em seus critérios de avaliação, a produção intelectual, apontando para a necessidade do incentivo e do apoio da produção e publicação de trabalhos científicos, teses e projetos. No III PNPG (1986-1989), o documento aponta para a necessidade de “ser incentivada disseminação da informação sobre a produção científica nacional, sobretudo, como estímulo à publicação e divulgação rápida e eficiente de livros e revistas científicas de elevado padrão” (BRASIL, 1986, p. 20).

Na avaliação individual dos pesquisadores são enfatizados os indicadores da produção intelectual mediada a partir de publicações pela prática que se oficializou quando a Capes condicionou a atribuição de conceitos aos programas de pós-graduação e à produção intelectual a partir do III PNPG. O documento de avaliação da Forpred (ANPED, 2005, p. 7)¹⁵ sobre o PNPG 2005-2010 aponta um dos critérios de avaliação do sistema: “Consideração de impacto e relevância do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação)”.

¹⁵ O Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação da Anped (*Forpred*) elaborou um documento de avaliação sobre o PNPG 2005-20010 na reunião da Forpred na 28.^a Reunião Anual da Anped.

Ao apreciar o Modelo Capes de Avaliação, Sguissardi (2006) estuda os processos de avaliação, diferenciando-os das características de controle e regulação da atividade acadêmica, com base em observações feitas por Ernest Hamburger em 1980. E aponta que

[...] publicar em revistas internacionais, em certas áreas, desde o início da implantação do sistema de pós-graduação colocou-se como objetivo primeiro, ocupando lugar secundário a formação de uma base científica e tecnológica nacional autônoma. (SGUISSARD, 2006, p. 61).

Os elementos que passam a alimentar a avaliação acadêmica são os dados objetivos das pesquisas publicadas em revistas indexadas, por meio dos critérios baseados no Qualis, para assim medir o valor das publicações. Aliado a esse processo, o Currículo Lattes vem fornecer as informações da produção acadêmica necessária para fortalecer a competitividade e demonstrar o prestígio das publicações, segundo o Qualis. Um dos problemas do Modelo Capes de Avaliação está no critério de produtividade que homogeneiza todas as áreas do conhecimento quanto à quantificação e compara relações entre número de alunos e artigos científicos dividido pelo número de docentes. A quantidade passa então a ser uma meta a ser alcançada.

A partir de 1998, o Sistema Qualis foi desenvolvido por iniciativa da Capes, com o objetivo de aprimorar os indicadores de produção científica no processo de avaliação da pós-graduação brasileira. Ao compreender os veículos de divulgação científica utilizados pelos programas de pós-graduação – classificados conforme critérios definidos pelas comissões de áreas, compostas por especialistas da comunidade –, o Qualis qualifica a produção científica, o desempenho dos docentes e discentes, quanto à produção intelectual. Desse modo, a Capes introduz um conjunto de

procedimentos para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

O trabalho de concepção da base Qualis foi assim definido por Souza e Paula (2002, p. 8):

O trabalho inicial reuniu em uma base, por área de avaliação, todos os veículos utilizados anuais enviados para a CAPES; solicitou-se, então, às comissões que realizassem a qualificação desses veículos. Para isso, definiu-se que deveriam ser conjugadas duas classificações: a primeira, quanto à circulação do periódico, em termos geográficos – Local, Nacional e Internacional –; na segunda, quanto ao reconhecimento científico, de forma decrescente, como A, B e C, conforme critérios e parâmetros adequados a cada área, de acordo com suas práticas específicas, que permitam avaliar os indicadores resultantes do processo de classificação. A indicação desses critérios e dos parâmetros é de responsabilidade das comissões de área que conduzem o processo de avaliação da pós-graduação da CAPES.

Tal processo foi concebido para atender às demandas específicas do sistema de avaliação, que posteriormente, em 2014, passou a contar com uma nova ferramenta *online* para coletar informações, realizar análises, avaliações e servir como base de referência: a Plataforma Sucupira.

O resultado do Qualis é

[...] uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, de A1 a C, sendo A1 o estrato mais elevado. (BRASIL, 2018a, n.p.).

Assim, torna-se inegável a preocupação com a publicação qualificada, a partir da necessidade da construção de um sistema de

classificação que promova um ranqueamento capaz de auxiliar na pontuação das publicações e de contribuir para a posição individual do professor/pesquisador dentro do Programa. Esse novo modelo de avaliação, com a criação do Qualis, cria o Núcleo de Referência Docente, que classifica os docentes dos programas em uma escala de um a seis, de acordo com critérios que especificam, por exemplo, o que é considerado produção intelectual, expressa nas atividades de pesquisa, sobretudo no que se refere a publicações. O professor/pesquisador passa a ter de contribuir, individualmente, com um determinado número de “produções qualificadas” para que o programa alcance uma boa avaliação. Essa tipificação e quantificação seriam determinadas por cada comitê de área.

A lógica da reestruturação da avaliação da Capes foi apontada por Abílio Baeta como resultado do processo de sofisticação do sistema de pós-graduação, em função de os cursos e programas terem atingido um patamar de qualidade. E, conseqüentemente, muitos deles já tinham alcançado tal nível. Assim sendo, “se não se criassem novos critérios para a avaliação, todo o esforço de diferenciação dos programas poderia ser perdido” (BRASIL, 2002a, p. 190).

Daí se coloca a necessidade de produzir a equivalência de avaliação entre as áreas. Para Baeta, ela só é obtida pela qualidade do produto com base em algum parâmetro internacional. Esse se constitui o aspecto mais polêmico da mudança: a preocupação em começar a medir a qualidade da pós-graduação de acordo com sua maior ou menor inserção internacional e a vincular os resultados da avaliação de uma área à homologação do Conselho Técnico-Científico (CTC). Baeta conclui:

Mas é claro que as áreas têm suas peculiaridades, e uma delas diz respeito à publicação em veículos internacionais. Tenho insistido muito na importância da busca da equivalência entre as áreas, caso contrário o nosso sistema fica um tanto esquizofrênico. (BRASIL, 2002a, p. 193).

Toda essa discussão acerca de parâmetros e de qualidade se dá por conta da formulação do Sistema Qualis nos periódicos. Nada mais do que definir quais são os periódicos com que realmente contam quando se quer aferir a excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica. Para o sistema de avaliação da Capes, era importante discutir parâmetros e diferenciações para a produção brasileira: onde publicar? Em quais periódicos se distingue o que realmente circula? O que interessa para a área daquilo que é instrumento auxiliar na formação, na qualificação e no treinamento típico da pós-graduação?

As mudanças implantadas trazem uma série de críticas por parte da comunidade acadêmica e científica: a regulação do sistema de ensino pesquisa e extensão por uma lógica não necessariamente acadêmica e sim da produtividade; o individualismo do pesquisador como forma de garantir boas classificações; a subordinação estrutural da universidade a processos de privatização; a cumplicidade dos próprios professores e pesquisadores quanto à participação e aceitação dos processos de regulação e controle etc. Dentre as mudanças criticadas destaca-se a aplicação de critérios de equivalência entre as áreas:

Ao adotar um padrão único de avaliação dos programas, válido para todas as áreas do conhecimento, comete-se uma falácia categorial. O erro (ou falácia) categorial, como se sabe, consiste em considerar como pertencendo a uma categoria algo que pertence a outra. Ou seja, ela ocorre quando se confundem categorias que pertencem a âmbitos lógicos diversos. Nesse caso a falácia é a seguinte: independente da área de origem, todo pesquisador – e por extensão, todo programa – deve satisfazer aos critérios de produtividade e receber as recompensas e as sanções mais consentâneas às áreas mais competitivas. (BIANCHETTI; VALE; PEREIRA, 2015, p. 97-98).

Sobre a aplicação de critérios definidos por cada área do conhecimento, o princípio geral da equivalência permanece e o sistema de avaliação da Capes desloca-se da concepção de avaliação como diagnóstico e acompanhamento para uma avaliação concorrencial da eficiência e produtividade. Essa premissa passou a interferir nas relações entre as áreas, programas e pesquisadores, o que cria um sistema de disputa chancelada pela Capes, no interior do CTC.¹⁶ Horta e Moraes (2005, p. 98) apresentam a questão como “o que estava em jogo [...] não era a avaliação, mas a disputa de espaço na área de excelência, onde se concentram financiamento e prestígio”. Definem-se, nesse momento, os indicadores de excelência, a partir de uma lógica de performatividade, por cada uma das áreas do conhecimento e pelo estabelecimento de padrões e modelos. A defesa de critérios por cada uma das áreas estabelece uma árdua disputa para obter controles e valores que passam a julgar a produção acadêmica. Afinal, o que é um indicador de excelência? A perspectiva é operacional: busca de equivalência, caráter internacional dessa excelência, inserção internacional da produção do conhecimento. E assim conclui Baeta:

A partir da transformação da avaliação em 1998, nós impusemos um outro modo de apreciar esse sistema como um todo, que estabeleceu competição entre os programas para que demonstrassem que alcançaram certos patamares de excelência (BRASIL, 2002b, p. 7).

¹⁶ Ao CTC compete, entre outras funções, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela Capes no âmbito da educação superior. O CTC é composto por representantes de cada uma das grandes áreas do conhecimento: Colégio de Ciências da Vida (Grandes Áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Biológicas e de Ciências Agrárias); Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Grandes Áreas de Ciência Exatas e da Terra, de Engenharias e Multidisciplinar) e Colégio de Humanidades (Grandes Áreas de Humanas, de Sociais Aplicadas e de Letras e Linguística e Artes), além dos membros natos (presidência e diretorias) e representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Graduação (FOPROP) (MEC/Capes, 2018).

A metodologia aplicada para medir o desempenho – estabelecendo uma estrutura modular para que os programas pudessem ser classificados de acordo com diferentes posições – é o conceito de “curva de Gauss”,¹⁷ também chamado de “distribuição normal”. No entanto, apesar de qualificado de “normal”, o modelo utilizado no sistema de avaliação da Capes nada tem de normal, uma vez que é induzido pelas novas regras. Jorge Almeida Guimarães, do Conselho Superior da Capes, assim o justifica:

A rigor, todos os cursos deverão ser avaliados até a nota 5 e os que têm melhor desempenho dentro da nota 5 devem ser considerados sob o ponto de vista da inserção internacional para receber notas 6 e 7. Como não foi uma regra de cima para baixo, no sentido de definir o percentual de inserção internacional, as áreas que não fizeram isso estão devendo à CAPES esse trabalho. Mas ninguém diz qual é o limite, e é necessário dizer. A outra grande inovação foi o QUALIS, que também está amarrado nisso e que de fato trouxe um exemplo extremamente transparente de como as áreas se posicionam diante da maneira de avaliar a pertinência, o desempenho, em atender este ou aquele outro ponto. [...] A preocupação de ter uma curva de *Gauss* é uma preocupação da agência, mas não é uma preocupação da universidade. Seria muito bom se todos os cursos fossem 6 e 7, ou seja, meritoriamente qualificados com notas 6 e 7. É claro que, se isso vier a ocorrer, o nível do sarrafo terá que subir também e, nesse caso, o nível do sarrafo vai formar a curva de *Gauss*. Infelizmente, a expansão ocorre um pouco pelo corporativismo das áreas, um pouco pela necessidade de ter que crescer, enfim, são vários os fatores. Esse fato é preocupante e está desembocando na avaliação. (BRASIL, 2002b, p. 52-53).

¹⁷ “A curva de Gauss também é chamada de distribuição normal, pois é a mais comum nos eventos naturais, além de ter como normal a média simples, ou seja, a maior probabilidade é justamente a média. Essa curva tem a forma de um chapéu, [...] ou seja, ela começa em menos infinito vai subindo até 1, que é a probabilidade máxima, em 50% do tempo, e depois tende a mais infinito na probabilidade zero. [...] a curva significa simplesmente que a maioria dos fenômenos fica compreendida no meio a curva, ou seja, eles ocorrem com mais ou menos 50% de chance de ocorrer”. Disponível em: <<https://class703.wordpress.com/2012/08/31/curva-de-gauss/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

A posição da Capes quanto à legitimidade do processo de avaliação é explicada pelo envolvimento da comunidade acadêmica no processo, mediante as representações de área, ou seja, na avaliação dos pares. Na perspectiva de Bianchetti, Valle e Pereira (2015, p. 98), o processo é validado a partir do momento em que as áreas participantes – por meio da representação e do processo avaliativo – fornecem argumentos para que se afirme que “a Capes somos nós e que sua organização e funcionamento é dessa maneira porque é reconhecida, reafirmada e, portanto, ratificada pelos pares”.

Quanto aos desdobramentos desse processo, pode-se apontar para a padronização dos processos de avaliação, bem como para a adequação por parte dos programas por meio da regulação de suas práticas, com o propósito de atender aos indicadores de maior peso no sistema. Segundo um diretor de programas da Capes, no período de 1997 a 2002, Luís Valcov Loureiro (BRASIL, 2002b, p. 24), o avanço conquistado com a compatibilização, ou homogeneização dos critérios de avaliação, é grande. Existe a necessidade de preservar um denominador comum, “quando se fala em produção intelectual, produção de conhecimento e de formação de pessoal que permite partir desse patamar para a construção de critérios mais homogêneos”.

Mesmo que as áreas tenham definido seus critérios de avaliação, respeitando suas especificidades, o CTC, ignora tais especificidades e homogeneiza o resultado da avaliação com base nos critérios das áreas hegemônicas. Adalberto Vasquez, diretor de avaliação (BRASIL, 2002b, p. 26), justifica a referência nos critérios das áreas chamadas duras, pelo fato de estarem, na maioria das vezes, “em estágio de desenvolvimento global mais adiantado” e, assim, já conseguem definir melhor “o que é entendido por inserção internacional”. É aceitável que essa medida de inserção

nacional esteja “diretamente associada ao número de produção em veículos de circulação internacional com alto índice de impacto”.

A instituição do sistema de avaliação, delineada a partir de uma abordagem quantitativa, transforma a quantificação em norma da avaliação. Suas exigências impõem técnicas de mediação e controle do que é avaliado e de quem avalia com características mais regulatórias do que críticas. A produção docente é mensurada, tipificada e classificada por critérios quantitativos. Essa premissa já estava apontada no Sinaes,¹⁸ a avaliação da pós-graduação ocorre a partir de uma escala numérica de 1 a 7; sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles classificados com conceitos 6 e 7, e os artigos científicos são valorizados de acordo com o Qualis/Capes que se qualifica como um conjunto de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos periódicos classificado nos seguintes níveis: desde A1 o mais elevado a A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este com peso zero (BRASIL, 2010, p.125).

Assim, aprimorando o processo de avaliação do Qualis, a Capes estabeleceu que somente 25% dos programas de cada área poderiam alcançar as notas 6 e 7 e apenas 25% dos periódicos poderiam atingir os estratos mais altos do Qualis. E assim especifica:

A comissão usou as referências de vínculos da Capes (estrato A1 < que A2; estratos A1+A2 = no máximo 25% dos periódicos no Qualis; estratos A1+A2+B1 = no máximo 50% dos periódicos no Qualis; B2+B3+B4+B5 = 50% dos periódicos) e buscou manter o “espírito” do Qualis anterior, baseado em “reconhecimento pela área”, e atualizar esse reconhecimento por meio da validação pelo

¹⁸ Lei n.10.861, de 15 de abril de 2005, artigo 3º § 1º : “Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela [...] Capes”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>.

sistema de indexação dos periódicos, internacional (ISI/Scopus e outras bases internacionais, incluindo a base de educação matemática ERIH) e ibero-americano (SciELO), e pela maior valorização aos periódicos com algum grau de especificidade para a área de Ensino. (BRASIL, 2018b, p.1).

Estava sendo definido um padrão de qualidade mínimo para todas as áreas, a partir da sistematização e uniformização dos critérios de avaliação. Não estava sendo posto em questão, quais periódicos qualificados existem em cada área que merece ser classificado no estrato mais alto do Qualis, mas sim que apenas 25% poderiam alcançar esse estágio.

No atual documento da área, fica claro que os critérios para a classificação dos periódicos são: a indexação, entendida como a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos em forma de índice; o escopo, indicado pelo propósito dos periódicos a partir da definição do foco de publicação; a pertinência do conteúdo veiculado; o acesso à informação. O objetivo dessa classificação é instrumentalizar a geração de indicadores de desempenho que são utilizados no exercício da avaliação parcial referente à produção intelectual. O documento de área da educação indica que a produção intelectual representa 35% no processo de avaliação no quadriênio; as publicações qualificadas por docente permanente constituem 60% do peso na avaliação. Entende-se por volume de publicação “a média ponderada de até oito produções mais bem qualificadas por docente permanente no quadriênio, compreendendo livros, capítulos, verbetes e periódicos” (MEC, 2016, p. 13).

Mesmo que nem todas as áreas adotem o fator de impacto como critério de qualificação para verificar quantas citações as revistas científicas qualificadas fazem de um número dela. E, ao dividir esse total de citações pela quantidade de artigos publicados naquele exemplar, permeiam-se as

indexações dos periódicos nas bases de dados. Para Renato Janine Ribeiro (2007, p. 2-3), diretor de avaliação da Capes, no período de 2004 a 2008,

[...] esta é uma medida bastante sofisticada. Ela significa que não se mede *apenas* a qualidade da revista, mas o seu “impacto”, ou seja, sua fecundidade. Um trabalho pode ser muito bom, eventualmente, mas não repercutir em nenhuma pesquisa nova. Não será citado, então, e terá sido de certa forma estéril. Mas essa não é uma deficiência do fator de impacto. É que este mede como uma publicação contribui para constituir uma comunidade científica, não apenas a qualidade de artigos isolados. Se há citações, é sinal de que se está construindo um ambiente de diálogo, uma massa crítica, que permitirá que a área avance. O fato de um artigo sair numa revista de impacto maior – ou menor – não quer dizer que ele, individualmente, vá ter aquele número de citações. O fator é uma média. Mas indica que há uma probabilidade maior de ele ser lido e, assim, influir na pesquisa e ser citado.

A produção científica vem sendo medida em termos de publicação acadêmica nos veículos com melhor prestígio nos respectivos domínios do conhecimento. Dá-se assim centralidade aos artigos de periódicos como produto mais valorado, transformando-os em elementos determinantes para gestão, financiamento e avaliação da produção do conhecimento. Um sistema de avaliação pautado no produtivismo se consolida, naturaliza práticas que visam atender aos critérios instrumentais quantitativos e elege a publicação de artigos de periódicos, como expressão – quase única – de medida. Os mecanismos de avaliação induzem ao aumento do número de publicações de periódicos e, conseqüentemente, a uma aferição da qualidade por meio da quantidade.

A lógica que desenvolve posteriormente as métricas para a mensuração da pós-graduação, se consolidou a partir da estatística – numerável e auditável – e da noção qualidade traduzida na produtividade, no desempenho individual. Nas palavras de Cláudio de Moura Castro,

[...] tem que publicar, tem que sair tese, tem que fazer pesquisa, tem que impor tempo integral, tem que dar seriedade”. [...] já vinha do tempo do Darcy a prática de dar mais bolsas para os programas que conseguissem conceito A. Talvez uma das mais poderosas explicações para o êxito da pós-graduação no Brasil seja esse vínculo automático entre nota, número de bolsas e auxílio financeiro aos programas. (BRASIL, 2002a, p. 88-90).

Na gestão de Cláudio de Moura Castro, na Capes (1979-1982), valorizam-se as amostras de produção intelectual, entendida como produto e controle mais sistematizado desse indicador. Cria-se uma base de informação sólida composta por informações, tais como: número de professores, disciplinas, número de alunos ingressos e egressos, cópias das teses e dissertações e a produção intelectual individual dos professores. As variáveis de avaliação implementadas se baseiam nos usos de medidas de desempenho, com processos estatísticos para sistematizar e informatizar os dados, de modo a promover a homogeneização e a visibilidade para a competição. A partir dessas estratégias, uma nova forma de gestão se inicia com a regulação e com o controle dos indivíduos envolvidos.

Os princípios de eficiência e rendimento, orientadores da política da Capes – na condição de órgão de avaliação, controle e financiamento –, materializam uma universidade organizacional, desenvolvida por colegas, ou, academicamente falando, “por pares”. Em sua publicação comemorativa dos 50 anos (BRASIL, 2002a, p. 5), a Capes toma como decisiva a combinação de fomento com um sistema de avaliação de todos os cursos e programas com legitimidade adquirida ao longo dos últimos 25 anos, precisamente pela construção do envolvimento direto da própria comunidade universitária e da pesquisa nacional. Garante-se assim legitimidade para o sistema e transforma-se em política de Estado. Mesmo as reações, por parte das associações científicas, que criticam o modelo não são suficientes para promover mudanças significativas.

Diante da transformação da produção intelectual em artigos publicados em periódicos altamente qualificados – turbinados em números, escores, necessários para financiar departamentos, programas e carreiras acadêmicas –, amplia-se a quantidade de mercadorias que garante a produtividade. Para Bianchetti e Machado (2009, p. 86), a realidade acadêmica está submetida formalmente ao reino da mercadoria, com “mercadorias” subsumidas ou que não conseguem escapar ao “tempo de giro” do capital (HARVEY, 2008), no qual a durabilidade da mercadoria é efêmera, com longevidade determinada por uma data de validade.

3.3 O artigo científico como mercadoria

Desde que os mecanismos de controle da produção e veiculação intelectual são sistematizados pelos relatórios de coleta de informação e avaliação da Capes e materializados no Currículo Lattes, o artigo científico passa a representar uma forma de produção intelectual, que resulta de um processo de pesquisa científica regida pela lógica do fetiche da mercadoria. A indução à publicação, baseada em uma escala de avaliação estruturada em pontuações, que qualificam periódicos indexados de grande impacto na comunidade científica, em função do número de consultas e citações, tem delineado a forma da produção científica no Brasil.

Torna-se necessário acelerar o tempo de realização de pesquisas para que seus resultados sejam rapidamente publicados, na forma de artigos científicos, que se transformam em condição de existência e manutenção do prestígio e da carreira do pesquisador na universidade. Essa produção deve manter-se contínua e com proposições inovadoras que, também, precisam ser renovadas sem cessar. Estabelece-se assim uma meta de publicação de artigos determinada pelas estruturas de avaliação institucionais (Capes, CNPq, progressões internas das universidades), com uma necessidade

permanente de reposição e com data de validade, como qualquer outra mercadoria. Pois assim, tal como em Marx (1985a, p. 142),

[...] a venda e a compra não incidem sobre o excedente de produção; mas sim, sobre a sua própria substância; são as próprias condições de produção, na sua diversidade e generalidade, que se transformam em *mercadorias*, que passam da circulação para o processo de produção. (Grifo no original).

Enquanto produto do trabalho acadêmico, o artigo científico passa a ter características de uma mercadoria, que se caracteriza por satisfazer a necessidade de atender o sentido original de colocar em circulação novas descobertas, o que lhe confere valor de uso e valor de troca. O processo de produção do artigo científico, a partir de parâmetros objetivos para sua avaliação e qualificação – esperada pelos índices de impacto desejáveis pelos periódicos indexados –, segue as mesmas regras de produção de toda e qualquer mercadoria. É constituída pela utilidade ou pelo valor de uso, que é determinado pela sua qualidade real. Seu valor é, sobretudo, configurado no mercado acadêmico e determinado pelo produtivismo gerado a partir de modelos de avaliação, quase essencialmente quantitativos.

Como resultado de um processo regido por estratégias de eficácia organizacional e orientado pela flexibilidade dos objetivos de demandas externas, o artigo científico tem suas funções redefinidas a partir de normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual. Precisa ser produzido em volume crescente, no menor tempo possível, e sua qualidade só é determinada pela publicações em periódicos de comprovada excelência.

A partir desse processo produtivo, as forças do trabalho acadêmico são intensificadas para uma maior acumulação, com um volume crescente de produtos e um acirramento na concorrência para publicação dos artigos

científicos. Uma soma maior de trabalho acumulado produz uma soma maior de mercadorias.

O valor de uma mercadoria expressa a objetivação ou a materialização do trabalho abstrato. Visto dessa forma, sob a égide do capital, o artigo científico fica submetido aos preceitos do mercado. A publicação, em face dessa lógica, é considerada como uma descoberta; a reputação científica passa a ser construída sobre bases quantificáveis, à medida que o impacto gerado pelos periódicos contempla a novidade e importância das descobertas divulgadas.

Na concepção marxiana, como já foi visto no Capítulo 2, o produto do trabalho, tão logo toma a forma de mercadoria, assume um caráter enigmático (MARX, 1985a, p. 71). Na articulação entre os meios de produção e os objetos de trabalho, o artigo científico torna-se ele mesmo trabalho produtivo, reproduzido e trocado por força de trabalho. O crescimento da publicação do artigo científico como capital produtivo promove uma acumulação mais ampla do trabalho acadêmico e, conseqüentemente, uma acirrada concorrência e competição entre os pesquisadores. O pesquisador deve possuir uma soma maior de mercadorias, de trabalho acumulado, para poder administrar sua carreira acadêmica e prosperar.

Essa intensificação permanente do trabalho acadêmico para pesquisar e divulgar seus resultados – o artigo científico – promove uma simplificação do processo de produção do conhecimento a partir de uma forma estruturada e convencionalizada que impõe restrições quanto às contribuições admissíveis em termos de suas intenções, forma, posição e valor funcional. O artigo ganha uma centralidade, quando o trabalho acadêmico é exposto às regras da composição de uma mercadoria, determinado pelo processo de produção: grande quantidade em um curto espaço de tempo. E para subsistir a essa regulação imposta pelas estruturas

organizacionais e avaliativas da universidade, o professor pesquisador se submete à lógica mercantil.

Ao se fixar no objeto de seu trabalho – o artigo científico –, o professor/pesquisador se perde do objeto e o produto se torna estranhado, no interior da própria atividade produtiva. A condição para que o trabalho do professor/pesquisador se efetive, sob essa lógica mercantil, está na circunstância em que ele mesmo se torne mercadoria. O artigo científico torna-se uma propriedade privada, que exige dos autores, cada vez mais, a apropriação de trabalho excedente para atender às demandas impostas pelas estruturas regulatórias do sistema de ensino superior.

O trabalho do professor/pesquisador perde sua essência na produção do conhecimento e torna-se estranhado, ao objetivar-se nos produtos de seu trabalho. Passa a produzir, em uma esfera alienada e não mais para a realização e divulgação do conhecimento livre e criativo, mas para satisfazer suas necessidades de subsistência e interesses do atual sistema de ensino superior. Ao analisar os processos de produção do trabalho acadêmico, na valorização do artigo científico, vê-se, que mesmo se tornando uma propriedade privada e possuindo valor de uso, não é produzido com esse objetivo, mas por seu valor de troca.

Mesmo que o artigo científico seja uma mercadoria cujo valor de uso só se realiza pela sua utilidade, constituindo um conteúdo material para financiamento, prestígio e salário, resta a ele a propriedade de ser resultado de trabalho e como tal também se transforma. E como produto do trabalho, tão logo toma a forma de mercadoria, o artigo científico assume um caráter fetichista e passa a, aparentemente, ter um fim em si mesmo.

A natureza mercadológica do artigo científico, traduzido no prestígio e na influência, se evidencia, por exemplo, na divulgação pela *Nature* da lista de instituições da América do Sul que mais publicam artigos na área de ciências naturais, entre 2015 e 2017. A lista é composta por uma elite

acadêmica, muito bem representada pelo Brasil, com onze entre as vinte instituições ranqueadas.¹⁹

Nessa perspectiva, um estudo realizado pelo então pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFG (2014-2017) e colaboradores conclui que “a qualidade pode crescer gradualmente a partir da quantidade”, com base em uma série de variáveis estatísticas levantadas nos currículos Lattes de 1.487 membros (doutores e em doutoramento) do corpo docente. Os autores apontam o quadro de produtividade dos professores da UFG no artigo “Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program”, publicado recentemente no periódico *Journal of Informetrics (JOI)*²⁰ (Diniz Filho et al., 2016). O universo pesquisado é constituído pelo número total de artigos científicos publicados entre 2011 e 2013. Ao final, demonstram que, entre 2011 e 2013, 30% dos professores doutores não tiveram quaisquer publicações e que somente 18,7% dos artigos foram publicados em periódicos indexados A1. Baseando nesses dados, os autores sinalizam a necessidade de melhoria das políticas de gestão da universidade, fundamentando-se na noção de maior produtividade científica traduzida na publicação de artigos em periódicos bem ranqueados. Ao desenvolver um estudo baseado na infometria, afirmam que, apesar de se referirem à realidade da UFG, o estudo reflete o

¹⁹ Universidade de São Paulo / USP (1^o); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação / MCTIC (3^o); UFMG (5^a); UFRJ (8^a); Unicamp (9^a); UFG (11^a); UFSC (16^a); UnB (17^a); UFF (19^a) e Unesp (20^a). Divulgado em 02/07/2018, pelo site de notícias G1/Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/ufg-e-11a-colocada-entre-instituicoes-da-america-do-sul-em-pesquisas-de-ciencias-naturais.ghtml>>.

²⁰ No site do periódico encontramos o seguinte escopo: “*Journal of Informetrics (JOI)* é bastante respeitado por publicar pesquisas de alta qualidade e por ser rigoroso com aspectos quantitativos da ciência da informação. Os principais focos da revista são temas nas áreas de bibliometria, cienciometria, webometria e altimetria. Valorizam-se contribuições que estudam problemas infométricos envolvendo métodos de outros campos quantitativos, como matemática, estatística, ciência da computação, economia e econometria, pesquisa operacional e ciência de rede” (Tradução direta do original em inglês feita pela autora). Disponível em: <<http://www.journals.elsevier.com/journal-of-informetrics>>.

sistema acadêmico nacional, mesmo sendo um informação intuitiva, uma vez que todas as IFES estão submetidas às mesmas regras de avaliação estabelecidas pelas agências de fomento (Capes e CNPq).

Em síntese, os autores afirmam que, em um país sem tradição de pesquisa consolidada, a experiência na área não é relevante se os pesquisadores não forem estimulados a produzir mais, isto é, publicar os resultados de suas pesquisas no formato de artigos de periódicos. Daí o caminho seria o crescimento da qualidade a partir da quantidade, trocando a qualidade da pesquisa pela quantidade de publicações. Tomam ainda como modelo de qualidade de formação aquele professor que “aprende a publicar” ou que está envolvido em grupos de pesquisa produtivos. Defendem que a concessão de licenças remuneradas ao corpo docente proporciona uma baixa produção, podendo ser um fator de ineficiência para a melhoria da produtividade no âmbito da universidade. Também consideram fundamental a inserção dos professores nos programas de pós-graduação, em especial no doutorado, para melhorar o nível de publicação da instituição. Esta é a política de gestão eficiente para que a universidade alcance um patamar produtivo.

Para garantir esse *status*, a estrutura das universidades tem se alterado, assim como a natureza do trabalho do professor. Torna-se difícil a equação contraditória: desenvolver a pesquisa mais avançada e inovadora e, simultaneamente, o conhecimento de pronta aplicação e divulgação. Nessa perspectiva, opera-se uma delicada divisão de trabalho no mundo acadêmico e sua precarização. A materialização desse processo pode ser configurada pela massificação nas publicações de artigos científicos, que são oferecidos a revistas altamente qualificadas como um produto exclusivo, padronizado em suas estruturas para garantir o impacto necessário de citações, sendo mediado pelo fetiche da mercadoria já no seu processo de concepção.

Para Bianchetti e Zuin (2012, p. 61), ao serem tratados como produtos e impostos a uma velocidade de produção e publicação frenéticos, os artigos científicos – assim como os livros, capítulos de livros e trabalhos publicados em anais de congresso – ilustram uma “conotação mercadológica imanente a todos eles”. Esses autores afirmam ainda que a direção da produção e da veiculação do conhecimento determinam o universo atual do *publish or perish* nas universidades, onde o trabalho do pesquisador passa a responder por demandas e a transformar a pesquisa – em seu processo e produto – em valor de troca. Desde a criação e expansão da Sistema Capes, o caminho para vincular a avaliação ao fomento possibilita a indução de processos para obtenção e controle de resultados mensuráveis.

Esse modelo é determinante para as reformas na gestão universitária em curso desde a reforma universitária iniciada na segunda metade da década de 1990, atingindo toda a sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão. A publicação torna-se a condição crucial para a obtenção de financiamento de pesquisa, de avaliação exitosa na pós-graduação, de obtenção de bolsa-produtividade, de prestígio entre os pares e, fundamentalmente, de progressão na carreira acadêmica. Essas alterações podem ser constatadas nas “Normas para Avaliação em Relação a Estágio Probatório, Progressão Funcional, Promoção, Aceleração da Promoção, Retribuição por Titulação e Alteração de Denominação do Professor da Carreira do Magistério Superior e Estágio Probatório do Professor Titular Livre do Magistério Superior”, da UFG, aprovadas na Resolução Consuni n. 18/2017. Essas “Normas” utilizam tanto os conceitos do Inep para os cursos de graduação quanto os da Capes para os cursos de pós-graduação, como referência para buscar um índice de qualidade a partir do desempenho de cada professor, em especial no tocante à produção intelectual.

A referida resolução expressa uma concepção meritocrática, onde a consagração e a certificação do mérito é realizada a partir de uma avaliação de desempenho que classifica a produção por meio do rendimento do trabalho docente. Tal premissa reforça o individualismo, incentiva a competitividade e, ao criar uma nova métrica de avaliação, institui um instrumento de responsabilização e controle das atividades docentes. Assim, os professores têm sua vida acadêmica controlada e auditada com base em parâmetros únicos, que definem uma noção de qualidade. Com isso, promove-se um ranqueamento, principalmente a partir de uma determinada produção intelectual, expressa em artigos publicados nos periódicos mais qualificados.

Os processos de avaliação institucional, departamental e do professor centralizam a importância da publicação de artigos como um dos resultados das atividades dos investigadores em troca de reconhecimento social. No entanto, seu valor tem sido superdimensionado e tomado uma dimensão mercadológica assumida pela publicização da atividade científica.

Desse modo, um artigo assume características de mercadorias que estão disponibilizadas em revistas periódicas. Castiel e Valero (2007, p. 3045) apontam ainda a seletividade dos artigos pelos periódicos. Ao ser regida por critérios de oferta e procura, estabelece-se um “jogo” competitivo de mercado, “com elementos e regras compatíveis com a competitividade reinante em várias atividades do mundo atual”. Para a transformação da autoria de artigos científicos em moeda corrente, basta considerá-los como mercadorias negociáveis em várias instâncias acadêmicas.

Daí, o artigo científico não se constitui apenas em um produto legitimador da prática científica, mas em um dispositivo que produz as relações sócio-históricas e políticas nas instituições acadêmicas. O conhecimento transformado em mercadoria pode ser explicado pelos

meandros do modo de produção, de divulgação e de circulação do artigo científico, em razão das contradições existentes na constituição dessa mercadoria. Enquanto produto do trabalho acadêmico, o artigo contém em si um trabalho objetivado, materializado, convertido em um produto com valor de uso perceptível e previamente designado pela estrutura acadêmico-científica. Para seus consumidores/leitores, sua utilidade é especificada na capacidade intrínseca de contribuir para o que se supõe ser o desenvolvimento do conhecimento em um campo específico. Mesmo que o artigo científico se caracterize por respeitar as razões de caráter normativo, essas normas são definidas por necessidades de publicização e de estabelecimento de intercâmbios em rede, que atualmente definem o que vem a ser avanço. O debate inerente à atividade acadêmica, ou ainda seu financiamento, lhe confere valor de uso e valor de troca. E é como valor que se iguala a todas as outras mercadorias existentes. No caso do conhecimento científico produzido na universidade, parece só ter valor se tiver valor de troca, se for convertido em uma mercadoria. Há uma tendência decrescente do valor de uso da mercadoria: tem de se tornar obsoleta e de ser substituída por outra mercadoria. Na universidade, depara-se com um processo de avaliação que homogeneíza o heterogêneo, que desconsidera as diferenças teórico-metodológicas, uma vez que utiliza uma mesma “fita mensuradora” para distintas áreas do conhecimento (BIANCHETTI; MACHADO, 2009, p. 54).

Ainda segundo Bianchetti e Machado (2009, p. 58-60), no mundo do trabalho, há uma abdicação compulsória, por parte dos trabalhadores, do seu ritmo de trabalho. Essa abdicação é ocasionada pelas inúmeras racionalizações no processo produtivo, por meio de inovações implantadas no contexto da divisão técnica e social do trabalho, cuja base é constituída pelas estratégias de gerenciamento científico e pelas inovações tecnológicas. Na universidade, essas alterações assumem as formas

características do modo de produção capitalista, essencialmente na pós-graduação, quando suas metas “passam da formação de professores para o ensino superior (até meados da década de 1990) para a formação de pesquisadores”. Para os autores, trata-se de uma questão crucial:

De que maneira se conseguiu inserir na academia um elemento que poderia ser considerado “um segredo da acumulação primitiva” (Marx, 1987) que tomou a forma que designamos aqui de “surto produtivista”, complementado por um “surto competitivo”, ambos traduzidos na forte amarração do fomento à avaliação de PPGs?

O artigo de periódico científico é uma das versões do processo de conversão do valor de uso do conhecimento científico em fetiche. Com isso, assegura ao autor a propriedade de um bem, de uso exclusivo para fins de troca. Essa produção necessita ter processos, métodos e finalidades, da forma mais próxima possível da produção de outras mercadorias. Sua circulação e sua validade são determinadas pelo tempo de legitimidade dos processos avaliativos.

Para Trein e Rodrigues (2011, p. 783-785), o produtivismo torna-se a expressão do conhecimento-mercadoria e de um processo crescente de alienação em relação ao efetivo valor de uso social do trabalho produzido. E assim se traduzem as exigências produtivas:

[...] nos distraem, nos dividem, fragmentam nossos esforços, superficializam nossas produções, aligeiram nossa elaboração, nos confinam ao fazer *em si* [...] ficamos prisioneiros do sistema que criticamos, participamos da concorrência que condenamos, aprimoramos a avaliação que nos subjuga. Excedemo-nos nas horas de vida dedicada ao trabalho – vida morta.

Para melhor compreender os resultados dos procedimentos avaliativos, em especial os da Capes, Moreira (2009, p. 24) retoma o que

Stephen Ball (2002, p. 8) chama de “cultura da performatividade”. Com o apoio de Ball, Moreira (2009, p. 24) aponta para o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil como indutor de uma atmosfera de trabalho específica, com determinadas formas de atuar, justificando assim “o emprego da categoria performatividade (presente em muitas análises de reformas educacionais no Primeiro Mundo) no exame das normas e das decisões que conformam o quadro da avaliação promovida pela Capes”.

Para tanto, instaura-se uma avaliação pautada na produção e na divulgação dos resultados de pesquisas em publicações. Ou, mais especificamente, na produção de artigos científicos indexados. É o que Moreira (2009) chama de “indústria da produção”.

Trein e Rodrigues (2011, p. 787) relatam o mal-estar que se instaura na academia brasileira, fruto de dois movimentos opostos e inconciliáveis: o de “produzir um conhecimento vivo, consistente e transformador da realidade”; e o de buscar o reconhecimento da sociedade, da comunidade científica, inclusive das entidades estatais de fomento à pesquisa. Isso “conduz a práticas [...] conformadas às formas, aos objetivos e às finalidades postos pela força social hegemônica”. E, assim, os autores concluem que a academia se debate entre duas perspectivas na produção do conhecimento: a do “valor socialmente útil e transformador” e a do “valor de troca mercantil”. Fica claro que essa tentativa de conciliação é infrutífera, razão pela qual se produz a sensação de mal-estar.

Ao elencar as razões para a necessidade de medir a produtividade e a qualidade do pesquisador, Trein e Rodrigues (2011, p. 789) concluem:

Por que medir? Posto que não há mercadoria para todos, é preciso medir (manter e refazer) mecanismos supostamente objetivos e impessoais que terão a finalidade de aliviar a angústia provocada pela resposta. [...] mede-se para simultaneamente justificar e manter alguns poucos gozando a mercadoria (e, em particular, o conhecimento-mercadoria).

Assim, diante do sistema que fortalece a relação entre avaliação e recursos, o produto passa a ser a forma de orientação do trabalho numa busca incessante pela promoção da qualidade/quantidade das produções em veículos com boa classificação no Qualis. Transforma-se, desse modo, o meio em meta.

Voltando para o artigo científico que sintetiza essa relação entre avaliação e recursos, os veículos de divulgação do conhecimento o transformam em mercadoria, cujo valor é de uso determinado pelo financiamento da universidade, pelo atrelamento da avaliação ao fomento, que recompensa ou pune.

Ao institucionalizar o artigo científico como parâmetro de avaliação da atividade acadêmica, medidas de produtividade são adotadas e ditadas pela contagem de publicações e indicadores de impacto. Estes, por sua vez, são definidos pela contagem das citações. Assim, a comunicação científica em geral e a avaliação científica em particular passam a ser reguladas nos níveis institucional e particular do trabalho do professor. Os processos de avaliação da produção do conhecimento vinculam o trabalho do professor à mercantilização. Daí se naturaliza um modelo que favorece a adesão ao conjunto de práticas competitivas, de estruturas heterônomas das agências de avaliação e acreditação. Com isso, define-se a relevância da literatura científica e o funcionamento da comunidade científica a partir do vínculo entre artigos de revistas e referências bibliográficas indexadas em bases de dados.

Em suma, a produção do conhecimento passa a ser configurada pela racionalidade e imediatividade econômico-financeira, do momento atual do capitalismo. Esse panorama faz com que a estrutura universitária se transforme, pois o tempo da economia determina o tempo de produção e da

natureza fragmentada dos produtos acadêmicos em constante adaptação às demandas contínuas e contraditórias do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de concluir uma pesquisa requer um movimento de retomá-la no seu *totum* e, daí, de possibilitar a síntese do conhecimento produzido. Ao eleger o protagonismo do artigo científico no processo de avaliação do trabalho docente, está posta a necessidade de compreensão de como esse processo se configura no meio acadêmico. As transformações nas políticas internas e externas de avaliação da produção intelectual de professores e pesquisadores apontam para um modelo orientado por demandas de produtos e serviços, que, por sua vez, definem formatos, ritmos, prazos e financiamento. Ao identificar a característica valorativa dos artigos científicos publicados em revistas com alto fator de impacto, a produção do conhecimento científico passa a basear-se na citação como fonte de reconhecimento da publicação, ou seja, como indicador capaz de avaliar a influência de um artigo.

Nessa perspectiva, algumas questões surgem: como o trabalho docente passa, na década de 1990, por profundas alterações na estrutura, na organização e na gestão da universidade, a partir da uma reforma do aparelho do Estado, que tem como modelo econômico os pressupostos neoliberais? Como o processo de produção do conhecimento afeta e reorienta o trabalho docente e a produção intelectual em universidades públicas brasileiras? E, conseqüentemente, como o artigo científico se constitui em um produto altamente valorizado no processo de avaliação institucional e docente e se materializa como mercadoria?

Para compreender a racionalidade das reformas impostas pelo modelo neoliberal no contexto da globalização – bem como para situar a introdução da lógica da produtividade como forma de regular a reorganização mundial da economia e do trabalho –, torna-se necessário retomar a história recente do país.

A noção da produtividade se instaura a partir do estabelecimento de modelos de avaliação, como uma necessidade essencial para o funcionamento da produção científica, para o delineamento de resultados pregressos dos pesquisadores, departamentos e instituições. O desempenho acadêmico é medido em números, como foco de análise; a necessidade de publicação é tratada como uma mercadoria, que passa a orientar a vida acadêmica, do ponto de vista individual e institucional.

Na perspectiva de Silva Jr. (2017, p. 87), professores e pesquisadores estão “sendo organizados como mercado produtor e consumidor de artigos”, e “visam menos a socialização de conhecimento e se caracterizam mais como *marketing* do produto e do próprio pesquisador”. Assim, a universidade, lócus privilegiado da produção do conhecimento, é instada a fazer parte da economia de mercado, razão pela qual os conceitos de produtividade ou improdutividade são definidos quase que exclusivamente pelo aspecto quantitativo.

O trabalho na universidade se redimensiona a partir da publicação de artigos em periódicos de ampla circulação, o que tem alicerçado a base para a construção de uma produção consolidada e legitimada acerca dos objetos de investigação. Para Silva Jr. (2017, p. 88), não é a pauta de uma pesquisa que determina a produção do pesquisador/professor, mas sim uma demanda posta pelo mercado e regulada por políticas institucionais, impondo que o trabalho acadêmico seja publicado em periódicos qualificados e em quantidade significativa.

A partir dessas premissas, é possível chegar à algumas considerações.

Ao longo dos últimos vinte anos, as mudanças institucionais promovem gradativas alterações na natureza do trabalho acadêmico, em conformidade com um modelo de neoliberalização globalizada, que exalta a lógica

produtivista por meio de um processo de mercantilização dos produtos acadêmicos.

A trajetória consistente de incremento da produção científica, que promove o respeito da comunidade acadêmica, só se consolida pela avaliação. Nesse sentido, dois movimentos opostos e inconciliáveis se apresentam na produção do conhecimento: (i) a natureza social, útil e transformadora do conhecimento produzido e sua natural necessidade de divulgação; e (ii) a imposição da busca do reconhecimento social, por parte da comunidade científica e das agências de fomento, conduzindo a práticas que se reduzem a um modelo hegemônico.

O artigo científico, cujo objetivo natural é o de veicular as pesquisas, passa a ser superado pelas induções de publicação desenfreada e de forma fracionada, para atender às demandas, políticas e gestões, além de regular a produção acadêmica. A produção e o consumo dos artigos científicos – tal qual ocorre com qualquer mercadoria no capitalismo globalizado – apresentam fluxos que movimentam bens, serviços e conhecimento. Naturalizam-se, no cotidiano acadêmico, práticas do ideário neoliberal, por meio de uma produção contínua, que precisam ser renovadas indefinidamente.

A lógica produtivista promove a intensificação do trabalho docente e uma pressão para que o pesquisador se equipare a um empreendedor do setor privado. Para isso, ele tem de disputar espaço nas publicações, nos editais, com o propósito de obter reconhecimento da comunidade científica e de fazer propaganda de si mesmo. Ao tornar-se mercadoria, o artigo científico parece ser dotado de uma autonomia que controla seus autores e os impele a trabalhar na direção exigida por demandas externas ao processo de produção do conhecimento. No entanto, não há lugar para todos na luta por publicação nos espaços editoriais mais reconhecidos, nos quais só alguns pesquisadores alcançam o topo da pirâmide.

A Capes, apesar de não definir explicitamente a noção de qualidade, promove práticas editoriais condicionadas por indicadores avaliados pelo Qualis. É possível extrair do modelo que um periódico científico de qualidade é aquele que possui: reconhecimento em sua área de atuação, ampla circulação, indexação em bases de dados reconhecidas nacional e internacionalmente, demanda de publicação de artigos provenientes das mais diferentes instituições. Assim, esses fatores orientam a definição de qualidade na produção científica brasileira, medida pelos indicadores do Qualis, que se propõe a promover o reconhecimento científico dos periódicos, embora, no processo de avaliação, apenas 25% dos títulos possam alcançar a avaliação máxima, A1.

Finalizando, fica claro que professores e pesquisadores estão diante de um processo de incorporação de pressupostos de uma organização social que regulamenta a atividade científica, em um formato mais valorizado. Isto se dá em razão da estrutura presente no artigo científico, que padroniza, metrifica e garante a reprodução de uma forma de conhecimento, com base em um sistema de controle e regulação socialmente reconhecido e chancelado pelo atual Sistema de Ensino Superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, dez. 2011.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Documento de avaliação aprovado na reunião do Forpred**. Rio de Janeiro: Anped, 2005. 20 p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/documento-de-avaliacao-aprovado-na-reuniao-do-forpred-sobre-o-pnpg-2005-2010>>. Acesso em: 2 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. A degradação do trabalho no Brasil – entrevista [maio 2013]. Entrevistadora: Cirley Ribeiro. São Paulo: TV Boitempo, 2013. (6 min 30s). Entrevista concedida a Rádio Cultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gcJ3kBzfRFs>>. Acesso em 01/06/2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002a.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas de estranhamento. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002b.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BIANCHETTI, Lucídio. Condições de trabalho e repercussões pessoais e profissionais dos envolvidos com a pós-graduação stricto sensu: balanço e perspectivas. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 439-460, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193522070002>>. Acesso em: 1º abr. 2016.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Trabalho docente no stricto sensu: publicar ou morrer. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 49-89.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson R. de M. **O fim dos intelectuais acadêmicos?** induções a capes e desafios às associações científicas. Campinas: Autores Associados, 2015. 124 p.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio A. S. O intelectual universitário e seu trabalho em tempos de “universidade administrada”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 55-75, set. 2012.

BRASIL. Decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951. Institui uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1951. Seção 1, p. 10.425. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 15 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Câmara Deputados** [online], Brasília, 15 abr. 2004b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>. Acesso em: 1º ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Webqualis Capes**. Brasília: Capes, 2018a. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho de Ensino Superior. Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965. Dispõe sobre a definição dos cursos de pós-graduação, **Capes**, Brasília, 3 dez. 1965. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF: Capes, 2002a. 343 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Atendimento de Pessoal de Nível Superior. **Crítérios de qualificação qualis – ensino**. 2018b Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/qualis/ensino.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Brasília: Capes, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Infocapes: Boletim informativo da Capes**, Brasília, v. 10, n. 4, out./dez. 2002b. 142 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989**. Brasília: Capes, 1986. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 17 jul. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília: Capes, 2004a. 91 p. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília: Capes, 2010. 309 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma da administração pública no Brasil. In: _____. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CALDEIRA, João Paulo. O mito da estabilidade monetária no governo FHC. **GGN**, São Paulo, 24 jul. 2015. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-mito-da-estabilidade-monetaria-no-governo-fhc>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CALDEIRA, João Paulo. Os vinte anos do Plano Real, por Delfim Netto. **GGN**, São Paulo, 18 mar. 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/os-20-anos-do-plano-real-por-delfim-netto>> Acesso em 16 jul. 2018.

CASTIEL, L. D.; VALERO, J. S. Entre o fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernando. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Org.). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *A universidade operacional*. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 maio 1999. *Caderno Mais*.

CHAUÍ, Marilena. *Universidade pública sob nova perspectiva*. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CHENAIS, François. *Mundialização do capital financeiro*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTERA, Cristina. Modelos de avaliação da educação superior. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Org.). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

COSTA, Adriano Ribeiro. Gêneros e tipos textuais: afinal de contas, do que se trata? **Revista Prolíngua**, v. 6, n. 1, p. 96-114, jan./jun. 2011.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, 2005.

DANTAS, E.; SOUSA JÚNIOR, L. *Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior*. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 32., 2009, Caxambu. *Anais.... Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/388.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2018.*

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, L.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. **Políticas e gestão da educação superior**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 97-116.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação - Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

DINIZ FILHO, J. A. F. et al. Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program. **Journal of Informetrics**, v. 10, n. 1, p. 151-161, fev. 2016.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A pós-graduação no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: EDUSP; NUPES, 1996. 22 p.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João F. As reformas da educação superior no Brasil e na União Européia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

GODOI, Christiane Kleinübing; XAVIER, Wlamir Gonçalves. O produtivismo e suas anomalias. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2012.

GOERGEN, Pedro. *Prefácio*. In: DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 15.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HORTA, José Silvério; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAPES de avaliação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 95-181, set./dez. 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 93, dez. 2005.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 838-855, out./dez. 2015.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, Pablo (org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-187.

LUZ, Mandel. *Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica*. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 51, n. 3, jun. 2011.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 2, n. 2, p. 73-91, 2010.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LEDA, Deise B. O trabalho nas instituições de Educação Superior. **RBPAE**, v. 32, n.3, p. 739-757, set./dez. 2016.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985c.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. (Os Economistas, v. 1, t. 1).

MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os Economistas, v. 1, t. 2).

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENEGHINI, Rogério. Publicação de periódicos nacionais em países emergentes. **Educação em Revista**, v. 28, n. 02, p. 435-442, jun. 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 23-42, dez. 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTIZ, Renato. Cientificidade, cientometria e insensatez. In: _____. **A diversidade dos sotaques**: o inglês e as ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 135-188.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e impasses. In: _____. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 105-139.

RIBEIRO, Renato Janine. **Critérios de avaliação**. Brasília: Capes, [2007]. 3 p. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_10_08_07.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 315-334, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo Capes de avaliação”. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; PIMENTA, Alan Vitor. Predominância financeira, universidade de classe mundial e trabalho produtivo. In: FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira (Org.). **Universidades públicas: mudanças, tensões e perspectivas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2016. p.159-177.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 2001.

SOUZA, Elaine Pereira de; PAULA, Maria Carlota de Souza. QUALIS: a base de classificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação da CAPES. **Infocapes - Boletim Informativo da CAPES**, Brasília, v.10, n. 2, p. 6-24, 2002.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 769-792, set./dez. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário da Universidade Federal. Resolução Consuni nº 18/2017. Dispõe sobre normas para avaliação em relação a estágio probatório, progressão funcional, promoção [...], **UFG-Leis e Resoluções**, Goiânia, 18 ago. 2017. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2017_0018.pdf>. Acesso em: 1º maio 2018.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Unesp, 2006.

ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 726-750, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400726#B41>. Acesso em: 1º abr. 2016.